



Universidade de Brasília - UnB
Faculdade de Ciência da Informação - FCI
Curso de Graduação em Biblioteconomia

A NEUTRALIDADE NA BIBLIOTECONOMIA

Gabriella Lima Dantas

Orientador: Profa. Dra. Rita de Cássia do Vale Caribé

Brasília

2013

Gabriella Lima Dantas

A neutralidade na biblioteconomia

Monografia apresentada como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia pela Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília

Orientador: Profa. Dra. Rita de Cássia do Vale Caribé

Brasília

2013



Título: A neutralidade na biblioteconomia.

Aluna: Gabriella Lima Dantas.

Monografia apresentada à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Brasília, 29 de julho de 2013.

Rita de Cássia do Vale Caribé!

Rita de Cássia do Vale Caribé - Orientadora
Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)
Doutora em Ciência da Informação

Kelley Cristine Gonçalves Dias Gasque

Kelley Cristine Gonçalves Dias Gasque – Membro
Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)
Doutora em Ciência da Informação

Marcílio de Brito – Membro
Professor da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)
Doutor em Ciências da Informação e da Comunicação

A todos os envolvidos.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Alessandra, uma das poucas pessoas que desde o início apoiou o meu sonho de entrar na Universidade e que, junto comigo, aceitou este desafio. Ao meu irmão Vinícius, porque ele merece!

A todos aqueles que foram contra a minha decisão, por achar que a Universidade é para poucos e que eu deveria me preparar para um concurso público: o posicionamento de cada um de vocês se tornou um elemento motivador para que eu alcançasse o meu objetivo. O culto aos bens com que convivi desde sempre só me fez criar repulsa por este estilo de vida. Nem a prerrogativa “família” foi capaz de me fazer desistir.

À minha orientadora Rita, pela simplicidade, carinho, atenção e generosidade. Desde o momento em que assisti à sua primeira aula, já no final do curso, reconheci em você a pessoa que eu gostaria que fizesse parte desta etapa de conclusão. O seu esforço, dedicação e carinho saltam aos olhos, o que me faz admirá-la com pessoa e como profissional. O seu incentivo foi crucial, desde a escolha do tema até a finalização deste trabalho. A minha gratidão não tem tamanho!

Aos professores da Faculdade de Ciência da Informação, que dividiram comigo o seu conhecimento e fizeram parte da minha formação profissional e pessoal.

Aos meus colegas de curso que, junto comigo, decidiram viver esta experiência chamada Universidade, com quem dividi alegrias, dificuldades, viagens e desafios, de quem terei sempre boas lembranças. Zayra, Elidiane, Lívia, Larissa, Rosane, Laís e Rebeca: tive o privilégio de nossos caminhos terem se cruzado. Vocês fazem parte desta história. Muito obrigada por cada dia que passamos juntos, pela amizade, pela compreensão e pelo apoio.

Ao Reginaldo, o coração da FCI, que com disposição, boa vontade e carinho tornou-se unanimidade entre os alunos

Aos meus amigos da vida, que entenderam a minha ausência e contribuíram para a realização deste projeto. Especialmente para Fernanda e Carol, que há muito fazem parte dos meus dias, a quem eu quero muito bem.

Às bibliotecárias do TRF1, que, com muito amor, tiveram participação ativa na minha formação. Vocês são até hoje um grande exemplo pra mim! Especialmente para Jacque e Rita.

Por fim, e não menos importante, agradeço a Deus por cada dia de vida, por ter me dado a oportunidade de realizar este sonho.

[...] “achava impossível alguém ser feliz se agisse contra suas próprias convicções. E aquele que sabe como se tornar uma pessoa feliz certamente tentará fazê-lo”.

(Jostein Gaarder)

RESUMO

Analisa a bibliografia produzida a respeito da neutralidade bibliotecária desde a década de 20 até o ano de 2012 com o objetivo de confrontar o discurso teórico presente na literatura e a faceta prática deste conceito, passando pelos contextos da neutralidade da ciência, do indivíduo como parte integrante da sociedade e da ideologia que permeia esta relação. Caracteriza-se como um estudo qualitativo de caráter exploratório, com abordagem documental com vistas à análise de conteúdo. Os resultados provenientes desta análise indicam a ausência de um conceito de neutralidade próprio da biblioteconomia e revela que esta neutralidade, no momento em que é associada ao contexto prático da profissão, se corrompe em outros comportamentos éticos que não o de neutralidade. Ainda sim, a neutralidade é entendida como um princípio legítimo.

Palavras-chave: Neutralidade. Bibliotecário. Princípios éticos da profissão. Neutralidade da ciência.

ABSTRACT

This research paper analyzes the bibliography regarding the librarian neutrality from the '20s until the year 2012 with the objective of comparing the theoretical discourse in the literature and practical facet of this concept, going through the contexts of the neutrality of science, the individual as part of society and the ideology that pervades this relationship. Characterized as an exploratory qualitative study, aiming a documentary approach to the content analysis. The results from this analysis indicate the absence of a concept of neutrality of librarianship itself and reveals that this neutrality, when associated with the practical context of the profession, corrupts itself into other ethical behaviors other than neutrality. Still, neutrality is understood as a legitimate principle.

Keywords: Neutrality. Librarian. Ethical aspects of the library profession. Neutrality of Science.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ALA	American Library Association.
CCN	Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas
CLA	Canadian Library Association.
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
IFLA	International Federation of Library Associations and Institutions
PUC - Campinas	Pontifícia Universidade Católica de Campinas
PUC - Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Rede RVBI	Rede Virtual de Bibliotecas do Congresso Nacional
Scielo	Scientific Eletronic Library Online
SSRN	Social Science Research Network
UFGRS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 CONSTRUINDO O OBJETO DE ESTUDO E O REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 Definição do Problema e Justificativa.....	13
2.2 Objetivos da Pesquisa.....	14
2.2.1 Objetivo geral.....	14
2.2.2 Objetivos específicos.....	14
3 REVISÃO DE LITERATURA.....	15
3.1 Definindo a Neutralidade.....	15
3.2 Histórico da Neutralidade na Biblioteconomia.....	19
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	29
5 ANÁLISE DOS DADOS.....	33
5.1 Aplicação da Neutralidade ao Ciclo Documental.....	33
5.1.1 O espaço da biblioteca.....	33
5.1.2 Seleção e desenvolvimento de coleções.....	35
5.1.3 Análise e tratamento da informação.....	39
5.1.4 Serviços e produtos.....	41
5.2 O Indivíduo; a Ideologia; a Neutralidade da Ciência e da Biblioteconomia	45
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS.....	54

1 INTRODUÇÃO

A biblioteconomia, como profissão e ciência, apresenta em seu corpo normativo um conjunto de orientações que regem o comportamento ético de seus profissionais. A função destas orientações, de acordo com o Código de Ética e de Conduta Profissional da IFLA (2012), pode ser definida como um “estímulo para reflexão sobre os princípios nos quais os bibliotecários e outros profissionais da informação podem formular políticas e lidar com dilemas; melhoria da autoconsciência profissional e oferecimento de transparência para os usuários e sociedade em geral”.

As atividades envolvidas no fazer biblioteconômico possuem impacto direto na sociedade, o que reforça a necessidade de se pensar em premissas éticas, que devem ser estabelecidas no intuito de controlar manifestações de preconceito; atitudes de cerceamento da liberdade intelectual dos indivíduos; ações que interfiram de forma negativa no amplo acesso ao conhecimento e à informação; o favorecimento de discursos de ódio e políticas dominantes, dentre outras interferências nocivas que possam prejudicar as atividades biblioteconômicas, o profissional e o público alvo das unidades de informação.

Um destes valores, que figura como um princípio ético a ser alcançado é a neutralidade. Defende-se que este conceito deve nortear desde a concepção do indivíduo como um profissional da informação; passando pela sua aplicação ao ciclo documental, até a concepção do espaço da biblioteca, suas políticas e missões.

A partir do momento em que se excede a esfera ética e passa para a efetivação deste conceito na esfera prática, surgem os primeiros questionamentos: como um indivíduo que possui uma história, está inserido em um contexto social e por tal, sofre influências deste ambiente seria capaz de exercer, em nome de sua ética profissional, uma postura de neutralidade em todas as ações que envolvem a sua atuação como bibliotecário?

O presente trabalho dispõe-se a analisar, por meio de um levantamento bibliográfico, a neutralidade aplicada à biblioteconomia, destacando a fundamentação histórica deste princípio e a análise da inferência da teoria nas atividades práticas do bibliotecário.

2 CONSTRUINDO O OBJETO DE ESTUDO E O REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Definição do Problema e Justificativa

A escolha do tema partiu inicialmente de um questionamento da própria aluna, durante as aulas de disciplinas obrigatórias¹ do curso de Graduação em Biblioteconomia. Defendia-se que o profissional bibliotecário, por prestar um serviço público, deveria atender aos usuários de forma igualitária, adotando uma posição neutra, imparcial e objetiva nos processos de mediação no acesso à informação e ao conhecimento, independentemente de seus valores morais, políticos e sociais (BRANUM, 2013).

Ao longo do curso discutiu-se que esta característica de neutralidade deveria permear, além das atividades de mediação, desenvolvimento de coleções e o serviço de referência. A defesa deste ideal limitava-se à constatação de que o bibliotecário deve ser neutro, porém sem um aprofundamento conceitual deste princípio. Constatou-se esta afirmação em 2012, durante uma aula da disciplina Formação e Desenvolvimento de Acervos, em que uma situação polêmica dentro de uma unidade de informação foi apresentada para os alunos. Chegou-se a conclusão, motivada pelo próprio docente, de que bibliotecário não poderia se envolver em determinadas questões, ainda que acreditasse que suas ações fossem de defesa à sua atividade profissional, pois este deveria se portar de forma neutra. Dois alunos presentes manifestaram discordância: para eles o profissional não poderia se abster de expressar ou defender suas posições em nome desta tal neutralidade, que julgavam nem sequer existir. Independentemente das opiniões assumidas, percebeu-se que a temática gera conflito. E é no questionamento da teoria que se encontra o principal elemento motivador para a realização deste projeto de pesquisa.

Em um segundo momento, era preciso constatar se estes conflitos ocorriam fora do âmbito da sala de aula, a fim de avaliar a viabilidade do estudo. Após a realização de um levantamento bibliográfico, percebeu-se que, em língua inglesa, predominantemente, a neutralidade na biblioteconomia era abordada como: um princípio ético a ser seguido; como um princípio nocivo à biblioteca e ao usuário; como um ideal inalcançável; associada ao movimento de classe; à natureza do trabalho bibliotecário; ao espaço da biblioteca; ao ciclo documental, dentre outros,

¹ A saber: Serviços de informação e Formação e Desenvolvimento de acervos.

mas nunca um consenso. A importância de estudar a neutralidade bibliotecária não se resume apenas à sua inconsistência ou à falta de argumentação precisa dos profissionais que reproduzem este conceito, sem analisá-lo de forma crítica: é uma maneira de entender um dos princípios éticos que permeiam a profissão do bibliotecário e o porquê de sua concepção. De acordo com Jackson (2010):

O compromisso com valores fundamentais é o que legitima a prática de qualquer profissão. Sem normas, a profissão é apenas uma coleção de indivíduos com diferentes limites éticos e métodos de prática. [...] Nem o CLA nem o ALA definem explicitamente a neutralidade ou refletem sobre estas consequências em sua posição atual e documentos orientadores. A neutralidade, no entanto, tem sido considerada, contestada, e defendida com mais vigor do que talvez qualquer outro valor em biblioteconomia moderna. (JACKSON, 2010, tradução nossa).

Diante do exposto pergunta-se: É possível reconhecer a neutralidade como característica do trabalho do bibliotecário?

2.2 Objetivos da Pesquisa

2.2.1 Objetivo geral

Analisar a neutralidade como característica do trabalho do bibliotecário e em quais atividades ela se aplica.

2.2.2 Objetivos específicos

Identificar na literatura autores que reconheçam a neutralidade como característica do profissional bibliotecário;

Identificar na literatura autores que questionem a neutralidade;

Refletir acerca da real efetividade da neutralidade no trabalho do bibliotecário;

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Definindo a Neutralidade

Para efeito de estudo, julgou-se necessário abordar, inicialmente, o conceito de neutralidade. De acordo com Pamplona Filho e Barbosa (2011), em *Reflexões filosóficas sobre a neutralidade e imparcialidade no ato de julgar*, encontra-se uma “relação de coincidência ou sinonímia entre o conteúdo do signo “neutralidade” e o conteúdo do signo “imparcialidade”, fato que influencia sobremaneira a nossa percepção, na construção dos significantes e dos significados”. Verificou-se que, no âmbito da biblioteconomia, o termo neutralidade apresenta maior recorrência que imparcialidade.

O conceito de neutro possui múltiplas abordagens, mas este trabalho optou-se por enfatizar apenas três destas definições, das sete encontradas em Ferreira, (2004, p. 1853, p. 1399 *apud* PAMPLONA FILHO; BARBOSA, 2011, p. 255). Os autores citam, primeiramente, uma definição de neutro e imparcial do Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa²:

Neutro. [Do lat. neutru] Adj. 1. Que não toma partido nem a favor nem contra, numa discussão, contenda, etc.; neutral. 2. Que julga sem paixão; imparcial, neutral. [...] 6. Que se mostra indiferente, insensível, neutral. (FERREIRA, 2004, p. 1.853. *apud* PAMPLONA FILHO; BARBOSA, 2011, p. 254).

Imparcial. [De im-2 + parcial.]. Adjetivo de dois gêneros. 1. Que julga desapaixonadamente; reto, justo. 2. Que não sacrifica a sua opinião à própria conveniência, nem às de outrem. ~ V. estimador – .”11(FERREIRA, 2004, p. 1.399. *apud* PAMPLONA FILHO; BARBOSA, 2011, p. 255).

Pamplona Filho e Barbosa (2011) destacam que a neutralidade é usada por Ferreira (2004) como um sinônimo de imparcialidade, em “que julga sem paixão; imparcial, neutral”, ainda que, a essência de sua conceituação revele uma clara distinção entre os dois termos: enquanto neutro “não toma partido nem a favor nem

² FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

contra”, o imparcial “não sacrifica a sua opinião à própria conveniência, nem às de outrem”.

Se por um lado, o neutro não faz juízos de valor e não se posiciona entre ideias conflitantes, de outro, o imparcial é entendido como aquele que julga de forma justa. O julgamento é um ato de escolha ideológica, baseada em princípios norteadores que advém da sociedade, da construção do conhecimento e das subjetividades do indivíduo. A própria noção de “justo” encontra-se permeada de relatividades, uma vez que não consiste em um comportamento absoluto: o que pode ser justo em um contexto, submetido a uma variação de ambiente pode significar qualquer outra posição que não a de justiça em outro.

Desta forma, percebe-se que é incompatível estabelecer a neutralidade e imparcialidade como sinônimos.

A neutralidade científica, de acordo com Lara e Cioffi (1989, p. 92) “influenciou toda uma corrente de pensamento das ciências humanas no passado, que tem em Durkheim e Max Weber seus maiores expoentes”. Durkheim (2007), no ano de 1895, em sua clara tentativa de aproximar a sociologia às ciências naturais, acredita em um comportamento de separação entre o indivíduo e os fenômenos sociais que produz; e entre o pesquisador e o seu objeto: chega-se à objetividade científica quando o pesquisador não se envolve com os fatos estudados, considerando-os coisas exteriores que não exercem influência em seu estudo:

É preciso portanto considerar os fenômenos sociais em si mesmos, **separados dos sujeitos conscientes que os concebem; é preciso estudá-los de fora, como coisas exteriores, pois é nessa qualidade que eles se apresentam a nós** (grifo nosso). Se essa exterioridade for apenas aparente, a ilusão se dissipará à medida que a ciência avançar e veremos, por assim dizer, o de fora entrar no de dentro. Mas a solução não pode ser preconcebida e, mesmo que eles não tivessem afinal todos os caracteres intrínsecos da coisa, deve-se primeiro tratá-los como se os tivessem. Essa regra aplica-se, portanto à realidade social inteira, sem que haja motivos para qualquer exceção. Mesmo os fenômenos que mais parecem consistir em arranjos artificiais devem ser considerados desse ponto de vista. O caráter convencional de uma prática ou de uma instituição jamais deve ser presumido. Aliás, se nos for permitido invocar nossa experiência pessoal, acreditamos poder assegurar que, procedendo dessa maneira, com freqüência se terá a satisfação de ver os fatos aparentemente mais arbitrários apresentarem, após uma observação mais atenta dos caracteres de constância e de regularidade, sintomas de sua objetividade. (DURKHEIM, 2007, p. 28).

[...] Ora, descartado o indivíduo, resta apenas a sociedade; é portanto na natureza da própria sociedade que se deve buscar a explicação da vida social. (DURKHEIM, 2007, p. 104).

O posicionamento de Weber diante da objetividade da ciência não admite tal separação: de acordo com Barbosa e Quintaneiro (2003), a objetividade do conhecimento de Max Weber prevê que o cientista é “inspirado por seus próprios valores e ideais, que têm um caráter sagrado para ele, nos quais está disposto a lutar”. Desta forma, ele deve ter a capacidade de desempenhar o seu papel de cientista que analisa a verdade dos fatos, mas, ao mesmo tempo, defender os seus valores, que devem estar sempre “expostos e jamais disfarçados de ciência social” ou da “ordem racional dos fatos.” (WEBER, 1979, p. 180 *apud* BARBOSA; QUINTANEIRO, 2003, p. 98).

Hoje falamos habitualmente da ciência como “livre de todas as pressuposições”. Haverá tal coisa? Depende do que entendemos por isso. Todo trabalho científico pressupõe que as regras da lógica do método são válidas; são as bases gerais de nossa orientação no mundo; e, pelo menos para nossa questão especial, essas pressuposições são o aspecto menos problemático da ciência. A ciência pressupõe, ainda, que o produto do trabalho científico é importante no sentido de que “vale a pena conhecê-lo”. Nisto estão encerrados todos os nossos problemas, evidentemente, pois esta pressuposição não pode ser provada por meios científicos - só pode ser interpretada com referência ao seu significado último, que devemos rejeitar ou aceitar, segundo a nossa posição última em relação à vida. (WEBER, 1979, p. 170-171 *apud* BARBOSA, QUINTANEIRO, 2003, p. 99).

Na perspectiva de Weber, faz-se necessária a distinção entre os “julgamentos de valor e o saber empírico”. O primeiro, diz respeito à “definição do significado que se dá aos objetos ou aos problemas” enquanto o segundo, “nasce de necessidades e considerações práticas historicamente colocadas, na forma de problemas, ao cientista cujo propósito deve ser o de procurar selecionar e sugerir a adoção de medidas que tenham a finalidade de solucioná-los”. A atividade científica é racional sob dois aspectos: quanto à sua finalidade que é a “verdade científica” e com a relação a seus valores, que podem ser definida pela “busca da verdade” (BARBOSA; QUINTANEIRO, 2003, p. 98).

Já na definição de ciência e valores e de neutralidade do *Dicionário Básico de Filosofia* de Japiassú e Marcondes (2001), evidencia-se a afirmativa de que a ciência não pode ser neutra:

ciência e valores A ciência não pode ser considerada como um saber absoluto e puro, cuja racionalidade seria totalmente transparente e cujo método constituiria a garantia de uma objetividade incontestável. Não é um mundo à parte, espécie de reino isolado onde os cientistas fariam "pesquisas puras", desinteressadas, preocupados apenas com a busca do conhecimento verdadeiro. Evidentemente, eles trabalham para construir conhecimentos tão rigorosos, racionais e objetivos quanto possível: referem-se a normas racionais, testam suas teorias confrontando-as com a experiência. Contudo, na prática, as coisas se complicam, e as pesquisas nem sempre possuem a transparência e a objetividade que, de bom grado, lhes emprestamos. **As idéias científicas não são totalmente independentes da filosofia, da religião e das ideologias que impregnam o meio em que vivem os pesquisadores (grifo nosso).** Por isso, é muito questionável o chamado "princípio da neutralidade", ou seja, o princípio segundo o qual os cientistas estariam isentos, imunes, em nome de sua racionalidade objetiva, de formular todo juízo de valor, de manifestar toda e qualquer preferência pessoal, de ser responsáveis por toda e qualquer decisão de ordem política ou implicando questões de tipo ético, posto que, por seu objetivo, seu conhecimento seria universal, válido em todos os tempos e lugares, para além das sociedades e das formas de cultura particulares. (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2004, p. 36).

neutralidade (do lat. medieval *neutralizas*) [...] 3. A ciência seria neutra na medida em que é fatural, descritiva, isto é, preocupa-se com a descrição e a explicação dos fenômenos, sem emitir juízos de valor, sem fazer prescrições. Porém, deve-se reconhecer que o conhecimento científico, situado em um contexto histórico-social, corresponde a interesses, valores, preconceitos, dos próprios indivíduos e grupos que produzem esse conhecimento e da sociedade que os aplica e utiliza. A ciência não estaria assim imune a elementos ideológicos, não poderia ser neutra. (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2004, p. 139).

As correntes da neutralidade científica influenciaram diretamente a biblioteconomia. Segundo Mathiesen e Fallis (2008), procurou-se sugerir que a neutralidade figurasse entre os valores fundamentais da Biblioteconomia, a fim de que esta fosse elevada ao patamar de Ciência. Os autores citam estes valores fundamentais, reconhecidos pelo então presidente da *American Library Association*, no ano 2000 e pela própria associação, em 1999:

Administração, serviço, a liberdade intelectual, o racionalismo, a alfabetização e aprendizagem, a igualdade de acesso ao conhecimento e à informação registrada, privacidade, e da democracia. (GORMAN, 2000 *apud* MATHIESEN, FALLIS, 2008, p. 4, tradução nossa).

O acesso, a confidencialidade / privacidade, democracia, diversidade, educação e aprendizagem ao longo da vida, a liberdade intelectual, preservação do bem público, o profissionalismo, serviço e responsabilidade social. (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 1999 *apud* MATHIESEN, FALLIS, 2008, p. 4, tradução nossa).

Estas influências serão discutidas no capítulo 3.2 e 5.2. De forma geral, percebe-se que a aplicação da neutralidade na biblioteconomia não é entendida de forma absoluta, o que gera uma abordagem diferente a cada contexto em que é inserida, como por exemplo, no desenvolvimento de coleções; nos serviços de informação; e no entendimento do bibliotecário como profissional; e que, apesar da comprovação de que a ciência não é neutra, este aspecto associado à biblioteconomia motivou discussões que perpassaram por décadas e que ainda estão presentes na contemporaneidade.

3.2 Histórico da Neutralidade na Biblioteconomia

As primeiras associações do princípio de neutralidade à biblioteconomia surgem a partir da década de 1920, em meio à busca por um ideário profissional que estivesse além dos valores éticos e morais indispensáveis às práticas do bibliotecário. A adoção dos princípios de neutralidade e objetividade, naquele contexto, surgiu em decorrência da aproximação à filosofia da ciência, com o objetivo de elevar a biblioteconomia a um patamar acadêmico e intelectual. (CIVARELLO, 2012; DICK, 1995 *apud* BRANUM, 2013).

Quando o ensino de biblioteconomia passou do âmbito das bibliotecas para as universidades nos anos 1920 nos Estados Unidos, o seu desenvolvimento disciplinar assumiu uma visão mais clara, mas o seu senso de direção ainda tinha controvérsias. A biblioteconomia e a ciência da informação eram vistas cada vez mais como uma ciência social em sua estreita relação com as ciências naturais. Em seu desejo de aceitação como uma disciplina acadêmica intelectualmente respeitável, o caminho "científico" parecia ser mais promissor. (DICK, 1995, p. 220, tradução nossa).

As décadas de 1960 e 1970 caracterizam-se como período de grande discussão do tema. Jackson (2010) cita a literatura produzida pelas associações de bibliotecários americana³ (ALA) e a canadense⁴ (CLA), em que documentos relativos

³ AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. Office for Intellectual Freedom. **Intellectual Freedom Manual**. 7. ed. Chicago: American Library Association, 2006.

aos princípios éticos, valores e os padrões intrínsecos à prática profissional do bibliotecário apenas “sugerem uma posição de neutralidade”. Ele percebe que, no contexto da biblioteconomia, a neutralidade não se estabelece de forma definida, nem tampouco se trata de um consenso. Tal inconsistência abre espaço para que o conceito seja interpretado “em inúmeras formas e de diferentes perspectivas”. E é nesta ambiguidade que estão apoiados os debates em torno da neutralidade.

De acordo com Branum (2013); Civallero (2012); Jackson (2010) e McMenemy (2007), D. J. Foskett publicou, em 1962, um documento de 13 páginas denominado *The creed of a librarian: no politics, no religion, no morals*⁵. Saindo da esfera da filosofia da ciência, Foskett aplicou o “conceito” de neutralidade ao serviço de referência: o bibliotecário deveria se desnudar do seu eu para adotar o *alter ego* do seu usuário, momento este em que seria capaz de “assumir o contexto” do indivíduo, descritos por Foskett como política, religião e moral, e só assim entender suas reais carências informacionais.

Durante o serviço de referência, os bibliotecários devem desaparecer como um indivíduo, exceto nos casos em que a sua personalidade irá lançar alguma luz sobre o trabalho da biblioteca. Deve ser o alter ego do leitor, imerso em sua política, religião, moral”. Foskett não achava que o bibliotecário deveria se livrar de seus próprios valores (na verdade, achava que eram necessários para criar um vínculo de empatia com seus usuários). Mas sim pensava que os profissionais devem deixá-los no ato da prestação do serviço, para aprofundar nas preocupações e necessidades imediatas do leitor, sem ter as suas competências “impedidas” por qualquer filtro pessoal. (FOSKETT, 1962, p. 10 apud CIVARELLO, 2012, p. 178, tradução nossa).

Civarello (2012) e Jackson (2010) enfatizam o trabalho de David Berninghausen, publicado em 1973: *Antithesis in librarianship: social responsibility vs. the library bill of rights*, considerado-o um dos mais polêmicos a respeito da neutralidade. A reflexão do autor é de que a ALA e seus membros não estavam conservando o princípio de liberdade intelectual, conquistada apenas sob a estrita neutralidade do bibliotecário, pois estavam envolvidos em um movimento de responsabilidade social. Logo após, um artigo⁶ incluindo as críticas dos bibliotecários

⁴ CANADIAN LIBRARY ASSOCIATION. **Position Statement on Intellectual Freedom**, de 18 Nov. 1985. Canadian Library Association, 1985.

⁵ FOSKETT, D. J. *The Creed of a Librarian: no politics, no religion, no morals*. **Library Association Occasional Papers no. 3**. London: Library Association, 1962.

⁶ WEDGEWORTH, Robert, et al. *Social Responsibility and the Library Bill of Rights: the Berninghausen Debate*. **Library Journal**, New York, n. 98, p. 25-41, 1973.

às afirmações de Berminghausen foi publicado. De maneira geral, entende-se que a “responsabilidade social e liberdade intelectual não são incompatíveis, que a verdadeira liberdade intelectual depende de bibliotecários, tornando-se socialmente responsáveis, e que uma posição de neutralidade levará à exclusão de materiais destinados a uma grande massa de usuários” (JACKSON, 2010).

Já o ano de 1976 foi marcado pela experiência de Hauptman, que solicitou a 13 bibliotecários de referência uma pesquisa com instruções de como criar uma bomba. A informação não foi negada por nenhum deles, por razões éticas. Hauptman conclui que o bibliotecário não deve abnegar de sua responsabilidade individual, ressaltando que o princípio da neutralidade não deve ser empregado de forma irrestrita ao serviço de referência, nem tampouco servir de justificativa para fornecer informações que podem resultar em danos à coletividade. (HAUPTMAN, 1976, p. 10 *apud* JACKSON, 2010; MCMENEMY, 2007, p. 179).

Segundo Civarello (2012) e Jackson (2010), a partir da década de 1980 ocorre uma mudança nas discussões da neutralidade, em que a adoção de uma postura neutra se revela como uma atitude passiva e, portanto, uma ameaça à independência da biblioteca, ao pensamento crítico, à liberdade de expressão, à sociedade. Em 1987, o experimento de Hauptman foi alvo de críticas⁷. John Swan acreditava que qualquer indivíduo que solicitasse informações para o serviço de referência teria o direito de ter sua necessidade informacional suprida, independentemente da natureza de seu questionamento. Hauptman reagiu “afirmando que um grupo dentro da sociedade (ie bibliotecários) não pode estabelecer limites éticos que são opostos aos da sociedade em geral [...]” (WIENER, 1987 *apud* JACKSON, 2010. p. 161). Neste contexto, a neutralidade adquire um caráter negativo, revelando-se inadmissível por se tratar de um comportamento antiético. Já em relação ao aspecto passivo deste princípio, Blanke (1989) afirma:

Tal neutralidade serve para promover os interesses de uma elite rica e influente em detrimento da sociedade como um todo. Estas não são questões que podem ser abordadas de forma neutra. São questões políticas com implicações sociais amplas que apresentam bibliotecários com escolhas éticas e políticas. Os valores da equidade e dos serviços públicos e não os imperativos da tecnocracia e do mercado devem prever os critérios para regular o

⁷ WIENER, P. B. Mad bombers and ethical librarians: a dialogue with Robert Hauptman and John Swan. **Catholic Library World**: Haveford, n. 58, p. 161-163, Jan./Feb., 1987.

acesso às informações. Não só a saúde e a vitalidade da profissão do bibliotecário estão em jogo, mas também nossa democracia. (p. BLANKE, 1989, p. 43, tradução nossa).

Já Lee Finks⁸ (1989 *apud* MATHIESEN; FALLIS, 2008) acredita que o bibliotecário deve manter sua posição neutra ainda que o “movimento social” seja importante, garantindo que o indivíduo seja capaz de fazer o seu próprio juízo de valor, possível apenas quando ele tem livre acesso às informações que anseia.

No centro do compromisso do bibliotecário a busca da humanidade pela verdade e compreensão é o objetivo de se manter sempre neutro na batalha de ideias concorrentes. Não importa o quão precioso para nós alguma fé ou filosofia ou movimento social seja, temos que manter nossa distância e a nossa imparcialidade, assim como podemos ajudar a garantir que todas as pessoas possam ouvir todos os argumentos e estabelecer por si mesmos o que é certo ou verdadeiro. (FINKS, 1989, p. 353 *apud* MATHIESEN; FALLIS, 2008, p. 12, tradução nossa).

Ainda em 1989, cabe ressaltar o trabalho de Lara e Cioffi (1989), intitulado *Retomando um velho tema: o mito da neutralidade da análise documentária*, por se tratar do primeiro estudo brasileiro abordado no presente trabalho. De maneira geral, reconhece que:

Ao estabelecermos os critérios técnicos básicos para o tratamento da informação, devemos ter em conta que não só estamos operando uma tarefa técnica encontrada em qualquer manual de documentação, mas exercendo uma atividade de “escolha ideológica”. (LARA; CIOFFI, 1989, p. 92).

É possível constatar semelhanças na postura adotada por Lara e Cioffi (1989) e a de Cunha (1990) em sua tese *Do mito à análise documentária: apesar de não tratar especificamente da neutralidade, em uma discussão sobre a ideologia e a linguagem-ideologia, acaba refletindo sobre o tema, associando mais uma vez a análise documentária a uma escolha ideológica*:

[...] Pretendemos por em discussão o pré-conceito do bibliotecário de “leitura única e absoluta”, assim como a existência de conceitos/palavras-chave e bibliotecários/analistas da documentação “neutros”. Isto é, consideramos que enquanto leitor o bibliotecário/analista da documentação tem sempre uma “visão ideológica”. (CUNHA, 1989, p. 70)

⁸ FINKS, Lee W. Values without shame. **American Libraries**, Chicago, v. 20, p. 352-56. 1989.

As teorias aplicadas à análise documental serão tratadas de forma detalhada no capítulo 5.1.3.

Na década de 1990, a produção científica voltou-se para a aplicação da neutralidade aos serviços de informação e a discussão de sua efetividade. No ano de 1991, como afirma Jackson (2010), discute-se a existência da neutralidade e sua relação com o serviço de referência, presente no trabalho de Gremmels (1991 *apud* JACKSON, 2010), *Reference in the public interest: an examination of ethics*⁹, em que assinala a neutralidade e a objetividade como não atingíveis, uma vez que o indivíduo não é capaz de separar-se de suas concepções individuais em função de obrigações profissionais. Defende, ainda, que o bibliotecário deve refletir sobre o impacto de seus valores e buscar a melhor maneira de servir ao interesse público, ao invés de “ocultar-se atrás da neutralidade”. Em consonância com Gremmels (1991 *apud* JACKSON, 2010), em 2001, McCabe (2001, p. 51 *apud* JACKSON, 2010) enfatiza a importância do bibliotecário como agente transformador da sociedade, que deve atuar para promover a educação e o acesso à informação, não apenas o “acesso neutro”, mas também o “conhecimento que é estruturado pela sociedade, o conhecimento que inclui os valores morais fundamentais da sociedade”. (McCABE, 2001, p. 51 *apud* JACKSON, 2010).

Segundo Kobashi (1997) em seu artigo *Resumos documentários: uma proposta metodológica* a neutralidade não é aplicável às regras documentárias:

É necessário registrar, no entanto, que hipóteses de trabalho, quaisquer que sejam, devem ser sistematicamente avaliadas. Este ponto de vista contrapõe-se à visão dogmática que atribui neutralidade e perenidade às regras documentárias. O fazer documentário, por ser realizado sob restrições pragmáticas, requer contínua avaliação. O aprimoramento desse fazer depende da substituição dos procedimentos que mostram ser obsoletos ou pouco rigorosos por outros construídos com base na teoria e na experimentação (KOBASHI, 1997, p. 6).

.A partir dos anos 2000, alguns debates se intensificam, abrindo espaço para revisões teóricas de estudos realizados anteriormente e para a adoção de uma postura mais crítica ao tratar da neutralidade.

Destaca-se, no ano de 2003, o artigo de revisão de Brewerton (2003) *The creed of a librarian: a review article*. O autor reconhece a contemporaneidade do

⁹GREMMELS, Gillian S. Reference in the public interest: an examination of ethics. **Reference Quarterly**, Chicago, n. 30, p. 362-8,1991.

escrito de Foskett que, apesar de datar de 1962, reflete questionamentos ainda não resolvidos na profissão do bibliotecário. A premissa de Foskett (1962), segundo Brewerton (2003, p. 47) é de que esta é uma profissão em que a sua “base filosófica e histórica” não é forte ou bem definida. Analisando o texto de Brewerton (2003, p. 48), evidencia-se o intuito do autor em “desmistificar” as declarações de Foskett¹⁰, por meio de uma ressignificação de sua teoria, que teve um impacto negativo na época em que foi publicada:

O bibliotecário deve colocar seus clientes no centro e atender suas necessidades sem se preocupar com a sua própria visão política, religiosa ou moral (daí o subtítulo). Isso não significa que ele deve estar imerso em suas obsessões: ele deve usar o julgamento profissional e ter uma visão mais ampla. Para conseguir isso, o bibliotecário não deve faltar com compromissos (valores morais, políticos, religiosos), mas na verdade deve ser dedicado [...] Essa dedicação não deve limitar-se ao fornecimento de um serviço de referência eficiente, mas deve se estender a todos os elementos do trabalho da biblioteca, especificamente a indexação e classificação. [p.48]. Eu acredito que nós temos uma filosofia, mas que esta poderia ser mais explícita. Agora é o tempo para codificar nossas crenças. Mas mais do que isso, precisamos mostrar como podemos agir de acordo com eles, como nós conseguimos fazer o que nos propusemos a fazer. Foskett pode falar sobre ajudar os outros sem o impedimento da nossa própria bagagem moral/político/religiosa. Eu quero ouvir sobre como podemos ajudar os outros, mas menos em um estado de êxtase espiritual, mais nos fatos e números, mais em dados quantitativos e qualitativos: quantas perguntas respondidas com sucesso (em qualquer meio), como nós mudamos vidas (BREWERTON, 2003, p. 52, tradução nossa).

A neutralidade, vista como um elemento de passividade de Blanke (1989) volta a ser discutida por Jensen (2004), em *The Myth of the Neutral Professional*. Assim como Lara e Cioffi (1989) e Cunha (1990) que analisam a questão sob a ótica da escolha ideológica, e Gremmels (1991 *apud* JACKSON, 2010), que não acredita que o indivíduo pode separar-se de suas concepções em detrimento de um ideal profissional, Jensen (2004) reconhece que as escolhas do bibliotecário são atitudes de caráter político e foge de uma conceituação de certo e errado, ao perceber que o julgamento das atitudes do bibliotecário está regido pela sua conformidade com o ideal defendido pelos dominantes: o profissional que toma decisões que estão em “sintonia com a sabedoria convencional” não será criticado, ao passo que o

¹⁰Durante o serviço de referência, os bibliotecários devem desaparecer como um indivíduo, exceto nos casos em que a sua personalidade irá lançar alguma luz sobre o trabalho da biblioteca. Deve ser o *alter ego* do leitor, imerso em sua política, religião, moral. (FOSKETT, 1962, p. 10 *apud* CIVARELLO, 2012, p. 178).

bibliotecário que assumir posicionamentos discrepantes suscita debates acerca de sua decisão e seu caráter politizador. Esta conjectura, chamada por Jensen (2004) de “jogo de neutralidade”, torna-se nociva, uma vez que impede e/ou atrapalha a promoção de debates sérios sobre a neutralidade.

Em 2007, David McMenemy publica o artigo *Librarians and ethical neutrality: revisiting The Creed of a Librarian*, que assim como Jensen (2004), também revisa as ideias de Foskett (1962). McMenemy (2007) apresenta uma análise crítica mais aprofundada da aplicação do conceito de neutralidade de Foskett (1962) aos dias de hoje:

Foskett acreditava que “se [o bibliotecário] não tem nenhuma política, religião ou crença, ele pode ter toda política, todas as religiões e todas as crenças”. (FOSKETT, 1962, p. 11 *apud* MCMENEMY p. 11, tradução nossa) o que leva diretamente à questão: nós precisamos ou desejamos ter todas as políticas, todas as religiões, todas as crenças em nosso serviço para o leitor [...]

Ele estava expressando o que eram, para ele, verdades históricas sobre a profissão bibliotecária. Se partirmos do ponto de que suas opiniões eram aceitas em 1962, estaremos então assumindo que o *ethos* do bibliotecário deve se alterar de acordo com o “vento” político, religioso ou moral dominante? Isto é em si uma noção problemática, pois se uma profissão adota um conjunto de valores como sua fundamentação e em seguida, ignora-os ou remove-os por conveniência política, isto pode ser visto como uma ameaça para a profissão como um todo. (MCMENEMY, 2007, p. 179, tradução nossa).

Para McMenemy (2007), o argumento de nenhuma política, nenhuma moral, nenhuma crença não significa que o bibliotecário deva assumir estes aspectos: na verdade, Foskett (1962) sugeria que a neutralidade tornaria o profissional capaz de “ver todos os pontos de vista”, o que beneficia diretamente o usuário, uma vez que ele teria acesso a uma abordagem ampla do seu questionamento. O bibliotecário deveria ainda, “manter sua objetividade, capaz de fazer com que ele se envolva com o problema de um usuário, mas ainda permaneça fora dos limites estreitos de seu interesse particular.” Esta então seria a “verdadeira essência” da neutralidade. (FOSKETT, 1962, p. 11 *apud* MCMENEMY, 2007, p. 179). Desta forma, a neutralidade torna-se menos passiva, e McMenemy (2007) conclui que ela precisa ser ativa para o usuário da biblioteca. Por outro lado, se os bibliotecários se portarem como defensores de suas crenças fundamentais, dos princípios que regem a profissão, provavelmente se darão conta de que “não têm e não devem ser

neutros,” uma vez que tal aspecto enfraquece sua força política e o pensamento crítico em relação aos serviços prestados.

Por fim, McMenemy (2007), prefere interpretar o texto de Foskett (1962), como uma discussão da neutralidade racional: a que garante que o bibliotecário dará acesso livre e amplo de alternativas para o seu usuário, concentrando suas energias e conhecimento no intuito de envolver-se e entender, para então, suprir os anseios informacionais de seu público. Apreende que, no âmbito da biblioteca, a prestação de serviços e a tomada de decisão têm sofrido interferências, sejam elas “políticas, religiosas e/ou financeiras” e que o bibliotecário precisa usar o seu senso crítico para saber o momento em que deve ser passivo e as situações em que deve se portar de forma ativa, abstendo-se da neutralidade, mas certificando-se que tal atitude será em prol de um bem maior: o usuário da biblioteca.

Destaca-se em 2008 o trabalho de Mathiesen e Fallis (2008), *Information Ethics and the Library Profession* que discute os valores éticos da profissão do bibliotecário, passando pela problemática da neutralidade com um enfoque especial para o as atividades de seleção e desenvolvimento de coleções. Os autores afirmam que a neutralidade do bibliotecário pode ser comparada com a de um árbitro, que permanece neutro em relação às equipes em disputa, mas, por outro lado, é também um defensor das regras do jogo. As “chamadas” feitas por ele não são baseadas em preferências pessoais, mas sim em favor destas regras. O bibliotecário deve ser neutro em relação aos seus usuários, mas precisa determinar as regras para selecionar recursos informacionais e desenvolver coleções e agir em defesa delas. As ideias relacionadas a esses serviços serão discutidas no capítulo 5.1.4.

Ainda em 2008, Alison M. Lewis, com o objetivo de fomentar o interesse e o debate sobre o tema, edita um compêndio de ensaios a respeito da neutralidade, intitulado *Questioning Library Neutrality: essays from progressive librarian*. De acordo com Jackson (2010), apesar de se tratar de uma seleção de textos já publicados e, portanto, não reunir novas contribuições, o *Library Neutrality* reforça que o tema ainda não se trata de um consenso entre a comunidade bibliotecária. Citando o próprio Lewis (2008):

Por que, aqui no início do século XXI, estamos reunindo um volume de trabalhos que questionam o papel de neutralidade dentro de biblioteconomia? Na verdade, por causa neutralidade em si? Não é uma qualidade positiva, uma das marcas do nosso profissionalismo como bibliotecários? (LEWIS, 2008, p. 1, tradução nossa).

[...] Do ponto de vista moral, não tenho nenhum desejo de permanecer neutro quando confrontado com uma escolha entre a ciência baseada no método científico ou ciência com base na teologia, e entre o fato histórico ou o discurso de ódio. Ocultar-se atrás da idéia de "neutralidade" em tais posições é ser parte promulgando desinformação ou pior. (LEWIS, 2008, p. 2, tradução nossa).

No ano de 2010, Brian Jackson, em cumprimento aos requisitos de duas disciplinas do curso de pós graduação¹¹ da *University of Alberta*, torna disponível o seu trabalho sobre neutralidade na página *web Library Neutrality*. Jackson (2010) destaca, por meio de uma revisão de literatura, os estudos notáveis sobre o tema, publicados a partir da década de 1960 até 2008. Apresenta, ainda, aspectos da aplicação teórica da neutralidade ao desenvolvimento de coleções, ao serviço de referência, aos espaços da biblioteca e à biblioteca como instituição social, a serem discutidos no decorrer do capítulo 5.1. Em seu tópico intitulado *Justificando a neutralidade*, Jackson (2010) elucubra acerca da complexidade do princípio da neutralidade:

Quando se examina as várias posições que têm sido tomadas no que diz respeito à neutralidade, torna-se claro que uma definição não é satisfatória para esclarecer todas as implicações dessa postura. Décadas de debate animado resultaram da complexidade e ambiguidade moral da questão. Para cada situação em que a neutralidade pode ser aplicada, a adequação da neutralidade foi contestada. [...] Ao declarar um compromisso de serviço imparcial e acesso a "mais ampla variedade de materiais," os bibliotecários estão tomando posições com implicações éticas, que devem ser justificadas e esclarecidas para que possam fornecer orientação moral para a comunidade em geral. Esta orientação pode apenas ser alcançada se forem considerados os efeitos de uma posição neutra em cada situação em que esta pode ser aplicada. (JACKSON, 2010, tradução nossa).

Por fim, ressalta-se o estudo de Civallero (2012), *Neutralidad bibliotecária*, em que o autor parte do pressuposto de que na prática, os centros e os profissionais da informação estão longe de serem neutros, apesar deste aspecto se tratar de um discurso presente na literatura acadêmica mais conservadora, nas políticas institucionais e nos currículos educacionais. Destaca o caráter apassivador do conceito, que para ele, é usado pelos bibliotecários para "mascarar seus gostos e

¹¹ MLIS - Library and Information Studies. "This document was written as an assignment for LIS 501: Foundations of Library and Information Studies. It has been amended and is presented here to fulfill the requirements of LIS 600: Capping Exercise" (JACKSON, 2010).

fobias, neutralizar debates, aparentar equidistância, evitar posicionamentos, se esquivar dos compromissos sociais, descartar responsabilidades e, em alguns casos, a sua plena adesão ao sistema dominante”. E é desta forma que Civarelló (2012) discute, analisa e critica a neutralidade, apresentando os principais equívocos conceituais presentes na literatura e que estão relacionados à aplicação ao ciclo documental, que serão discutidos no capítulo 5.1.

Apesar de décadas de discussões, ainda não foi possível chegar a um consenso prático ou um conceito definido do que é agir como um bibliotecário neutro. Algumas tentativas apresentadas nesta revisão histórica acabam por considerar a neutralidade de diversas formas: como um ideal a ser seguido; um princípio impossível de ser adotado; uma atitude negativa, passiva e perigosa; ou uma postura que pode ser colocada de lado, deixando o profissional livre para adotar um comportamento neutro, mas também, para abrir mão deste princípio em benefício do usuário, quando julgar oportuno. Outras experiências se direcionaram para a aplicação da neutralidade à seleção e ao desenvolvimento de coleções; à análise da informação; ao serviço de referência; à biblioteca como instituição social e ao bibliotecário como um profissional regido por princípios éticos, conceitos que serão tratados no capítulo *Aplicação da neutralidade ao ciclo documental*.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com a finalidade de alcançar os objetivos geral e específicos definidos para este trabalho, utilizou-se a abordagem qualitativa de caráter exploratório; como método de coleta e análise de dados a pesquisa documental e a análise de conteúdo. Os procedimentos relativos a cada fase do estudo serão especificados a seguir, assim como os termos selecionados para o levantamento bibliográfico; as fontes consultadas e a estruturação teórica deste estudo.

Esta pesquisa tem como objetivo o estudo da literatura em busca de respostas relativas à neutralidade na biblioteconomia, a fim de confrontar o discurso teórico envolvido nesta temática com a sua faceta prática. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, uma vez que será necessário o estudo de diversas abordagens teóricas para a compreensão do tema proposto, como afirma Flick (2004 apud GASQUE, 2007), ao descrever as características da pesquisa qualitativa “baseia-se em várias abordagens teóricas resultantes de diferentes linhas de desenvolvimento e considera a subjetividade dos pesquisadores e sujeitos estudados parte integrante do processo investigativo”.

A pesquisa de natureza documental realizou-se por intermédio de um levantamento bibliográfico, que se dividiu em duas fases: na primeira, o objetivo era realizar uma sondagem inicial a fim de verificar a viabilidade do estudo da neutralidade, suas particularidades e recorrência na produção científica da área, primeiramente em português, utilizando o buscador Google. Percebeu-se que o tema era pouco explorado no Brasil. Esta constatação leva em consideração os documentos que possuem a neutralidade na biblioteconomia como principal tema de discussão. A segunda etapa compreende as pesquisas realizadas em três fontes principais:

- a) Bases de dados de livros e periódicos: EBRARY, que disponibiliza livros completos em formato digital; EBSCO, ebooks e periódicos eletrônicos; *ProQuest*, SSRN e *Scielo*, artigos de periódicos. Os serviços de informação da Biblioteca Central da Universidade de Brasília e a da rede RVBI possibilitaram o acesso às bases de dados de conteúdo restrito.
- b) Catálogos de bibliotecas universitárias: as coleções das unidades a seguir foram consultadas utilizando o CCN, que reúne em seu catálogo as coleções

de periódicos das bibliotecas brasileiras. Diversas bibliotecas universitárias contribuíram com o envio de artigos por email, sem intermédio do COMUT: Biblioteca da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação – UFGRS; Serviço de Biblioteca e Documentação da Escola de Comunicações e Artes – USP; Biblioteca Central da PUC – Campinas; Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – UFMG; Biblioteca sede da Embrapa Brasília; e Repositório Maxwell da PUC – Rio.

- c) Editoras: a *Sage*, que disponibiliza periódicos e livros em meio eletrônico; *Library Journals*, que possibilita o *download* de volumes de seu periódico; *Emerald*, que se denomina “editora global”, reunindo periódicos e *e-books*;

Já sobre os termos utilizados, destaca-se que, na primeira fase de pesquisa, buscou-se por documentos em língua portuguesa que tratassem de *imparcialidade* e *biblioteconomia* ou *imparcialidade bibliotecária*. A recorrência de resultados foi quase insignificante. O mesmo ocorreu com o termo em inglês *impartiality*. Uma nova estratégia de busca foi encontrada, após uma análise crítica por parte da orientadora deste trabalho, a prof. Dra Rita de Cássia do Vale Caribé e do prof. Dr. Murilo Bastos da Cunha: sugeriu-se a busca pelos termos *neutrality* ou *neutral* associados a *library*, *librarian* ou *librarianship*. Duas referências iniciais foram recuperadas: a página *Library neutrality*, escrita por Brian Jacson em 2010 e o livro *Questioning Library neutrality: essays from progressive librarian*, editado em 2008 por Alison Lewis. As referências bibliográficas que constavam nestes dois documentos e a busca nas três fontes definidas anteriormente possibilitaram um levantamento bibliográfico significativo da produção científica sobre a neutralidade.

Em um terceiro momento, buscou-se por termos gerais como *ética* e *valores do bibliotecário e aspectos éticos da biblioteconomia*.

Percebeu-se a carência de documentos que tratavam da neutralidade em língua portuguesa: encontrou-se apenas uma referência, denominada *Retomando um velho tema: o mito da neutralidade na análise documental*, de Lara e Cioffi (1989). De forma geral, as referências brasileiras abordam a neutralidade no corpo do texto, superficialmente, o que talvez tenha prejudicado o levantamento bibliográfico, pois o tema encontra-se disperso na literatura: dificilmente o bibliotecário irá incluir em sua indexação um assunto de pouca recorrência no documento. Um exemplo é o artigo *Mediação da informação no fazer do bibliotecário*

e seu processo em bibliotecas universitárias no âmbito das ações culturais, de Sanches e Rio (2010), em que uma associação cuidadosa é estabelecida entre a neutralidade e a mediação da informação. Este artigo foi recuperado para outra finalidade, mas descobriu-se no corpo de seu texto uma contribuição para esta pesquisa.

Já em língua inglesa, a literatura é expressiva e apresenta múltiplas abordagens, o que possibilitou a reflexão histórica presente na revisão de literatura e a análise deste conceito aplicado aos serviços de informação.

Após o levantamento bibliográfico, fez-se necessária a escolha de um método para interpretação e sistematização das informações recuperadas. Esta escolha deveria viabilizar os objetivos definidos para esta pesquisa. Optou-se pela análise de conteúdo. Segundo Moraes (1999):

A análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum [...] Quando uma pesquisa utilizando análise de conteúdo se dirige à questão *para dizer o quê?* o estudo se direciona para as características da mensagem propriamente dita, seu valor informacional, as palavras, argumentos e idéias nela expressos. É o que constitui uma análise temática. (MORAES, 1999).

As etapas da análise de conteúdo compreendem três fases. Segundo Bardin (2006 *apud* MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011):

- a) Primeira fase ou pré-análise: “é a fase em que se organiza o material a ser analisado com o objetivo de torná-lo operacional, sistematizando as ideias iniciais”.
- b) A exploração do material: “Esta é a fase da descrição analítica, a qual diz respeito ao *corpus* (qualquer material textual coletado) submetido a um estudo aprofundado, orientado pelas hipóteses e referenciais teóricos”.
- c) A terceira fase “diz respeito ao tratamento dos resultados, inferência e interpretação”.

Na pré-análise, foi realizada uma leitura inicial dos documentos com o objetivo de perceber as múltiplas abordagens da neutralidade e como estas se dividiam e se conectavam. Foram elencados os principais expoentes das correntes de

pensamento; e selecionados os documentos, considerando a sua relevância para o estudo.

Na segunda fase, os conteúdos informacionais foram categorizados em duas unidades distintas:

- a) Histórico: reúne as conceituações acerca da neutralidade e suas discussões teóricas, sendo a evolução do pensamento organizado de forma cronológica.
- b) Aplicação prática da neutralidade: etapa subdividida em espaço da biblioteca, desenvolvimento de coleções; análise e tratamento da informação; serviços e produtos; e a concepção do indivíduo neutro.

Na terceira fase, estruturou-se o trabalho por meio da escolha dos elementos que fariam parte da revisão de literatura e aqueles que seriam objeto de análise e interpretação crítica. A categoria *Histórico* reúne as teorias estudadas a respeito da neutralidade desde 1920 até o ano de 2012. Neste momento, verificou-se a necessidade conceituar a neutralidade e apresentar a sua significação no contexto da ciência e da biblioteconomia. Assim, a revisão de literatura compreende os capítulos *Definindo a neutralidade e Histórico*.

A categoria *Aplicação da neutralidade* faz parte da análise dos dados. Apesar de apresentar uma fundamentação teórica que poderia ser tratada como um capítulo da revisão de literatura percebeu-se que o seu conteúdo, por refletir uma aplicação técnica do conceito estudado, deveria ser alvo das interferências críticas do pesquisador. Desta forma, a análise dos documentos encontrados na literatura especializada e as reflexões decorrentes acontecem de forma simultânea.

5 ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo está estruturado a partir da análise de conteúdo aplicada à bibliografia recuperada sobre neutralidade. Como descrito na metodologia, optou-se, nesta etapa, devido à natureza das questões levantadas, por realizar a análise da literatura que associa a neutralidade ao ciclo documental de forma simultânea à análise e discussão destas implicações teóricas na realidade do bibliotecário. Depreende-se que, esta escolha resulta em uma apresentação mais didática e sintética do conteúdo: na medida em que as proposições são fundamentadas, imediatamente as interferências do pesquisador são inseridas neste contexto.

5.1 Aplicação da Neutralidade ao Ciclo Documental

5.1.1 O espaço da biblioteca

As bibliotecas, de acordo com Civarello (2012), muitas vezes apresentam-se ou são reconhecidas como um espaço neutro. Considerando que a biblioteca é uma instituição e, como tal, é dotada de missões e funções; políticas internas; e serviços (que serão abordados no capítulo 5.1.4) pode-se analisar o conceito de neutralidade relacionado a cada uma destas características.

Segundo Civarello (2012), em nível de missão, funções e políticas internas (pois estas refletem as determinações daquelas) pode-se dizer que a biblioteca deve estar desvinculada de qualquer posicionamento, tonando-se “alheia a qualquer tipo de avaliação, julgamento ou opinião a qualquer atividade política ou em qualquer enquadramento ou abordagem ideológica”. O fato é que as bibliotecas estão inseridas em um ambiente e, como tal, devem levar em consideração o contexto em que atuam, com o objetivo de entender as necessidades de informação requeridas por seu público alvo, bem como agregar valor àquele contexto. Uma biblioteca desvinculada de seu ambiente pode perder a sua função social e sua capacidade de contribuir para a formação de indivíduos atuantes e transformadores de sua realidade. Sobre esta descontextualização, Sanches e Rio (2010):

[...] O bibliotecário limita-se ao mundo fechado das idéias e das palavras contidas dentro da biblioteca não percebendo que sua neutralidade técnica provoca seu distanciamento da sociedade tornando-o incapaz de compreender o conjunto do sistema econômico, social e político que o circunda. (SANCHES; RIO; 2010, p. 114, tradução nossa).

Ainda de acordo com Civarello (2012), as atitudes tomadas no âmbito das unidades de informação são de ação política e de compromisso social, o que revela uma inconsistência na afirmação de que uma biblioteca é um espaço neutro. Em consonância com as ideias de Civarello (2012), Branum (2013) também acredita que as ações das bibliotecas são dotadas de natureza política, ao considerar que “uma das principais responsabilidades das bibliotecas é preencher deficiências de informação e trazer conhecimento para as massas, que é inerentemente político, desta forma, a ideia de neutralidade despolitiza a própria natureza política da biblioteconomia”.

Pode-se entender o conceito de biblioteca neutra como uma tentativa de “proteger” a instituição. De uma maneira ou de outra, um espaço que tem como missão fornecer amplo acesso ao conhecimento e que favorece a liberdade intelectual acaba contribuindo para a formação de indivíduos críticos, o que pode se tornar um entrave aos objetivos de uma força política dominante. Perseguir o ideal de neutralidade para a biblioteca é quase como um grito de liberdade, indicando que este espaço não é obrigado a se manter em consonância com as forças dominantes em vigência, sejam elas políticas, morais, religiosas ou econômicas. Isto não significa que a biblioteca é neutra, mas sim, uma instituição independente, apesar de receber incentivos governamentais; ter missões e funções definidas; e realizar atividades de cunho intelectual e social. Civarello (2012) reforça esta afirmativa ao entender que a não submissão às instâncias superiores não indica neutralidade, mas sim independência.

A perspectiva trazida por Jackson (2010) chama a atenção para um fato que deve ser considerado: as bibliotecas são espaços em que a neutralidade ou o preconceito podem ser aplicados.

Como edifícios públicos, as bibliotecas podem ser ao mesmo tempo uma plataforma para a adoção de opinião, de um santuário, uma instituição educacional, um lugar de encontro, e um ponto de encontro. E cada uma dessas definições pode implicar a exposição pública de idéias ou ações impopulares. Liberdade intelectual, no entanto, depende do livre debate de *mainstream* e idéias marginais.

Não há uma linha clara que separa o que é uma opinião aceitável de idéias que podem ser falsas ou perigosas e os bibliotecários não estão em posição para desenhar esta linha. (JACKSON, 2010, tradução nossa).

Ou seja, assim como na história dos debates em torno da neutralidade encontram-se muitos posicionamentos contra este ideal, devido à característica de passividade, a não adoção a este conceito pode favorecer a disseminação de discursos preconceituosos e enviesados. A biblioteca deve “estar preparada para acolher todos os lados de qualquer questão”. (JACKSON, 2010).

Ainda de acordo com Jackson (2010), as bibliotecas devem ter o direito de decidir sobre princípios sociais e apoiá-los, em questões que envolvam a responsabilidade social, em que a posição neutra, muitas vezes “autoriza o *status quo*” em detrimento dos “sub-representados na sociedade”. Ele cita, por exemplo, movimentos polêmicos que envolveram legitimação de direitos civis e das mulheres, entre outros. Percebe-se que a biblioteca não deve exonerar-se do direito de assumir posicionamentos apenas para agir de acordo com a ideia de neutralidade. A liberdade intelectual para posicionar-se em relação a estes temas contundentes deve ser amplamente garantida aos usuários, mas também à biblioteca, sendo que esta deve levar em consideração que todos os pontos de vista devem ser respeitados e que as opiniões assumidas não devem excluir a de outros, mantendo o seu espaço favorável a debates e à pluralidade cultural. Já Branum (2013) contrapõe-se a Jackson (2010), ao afirmar que a neutralidade dá ao profissional da informação o poder de não-posicionamento diante de questões importantes, o que evita que ele tenha que dar explicações por abdicar de qualquer responsabilidade ética.

5.1.2 Seleção e desenvolvimento de coleções

O processo de seleção e desenvolvimento de coleções sempre envolve escolhas: seja no momento de selecionar e adquirir novos materiais bibliográficos, na consolidação de uma política que norteie todas as decisões, ou nas atividades de descarte e desbastamento. A neutralidade entra, neste campo de escolhas, no processo de formação de uma coleção, para garantir o livre acesso a todos os tipos de documentos. Esta coleção deve agregar valor e apresentar todas as

possibilidades de um assunto para o seu usuário, o tão discutido acesso amplo aos serviços de informação¹².

Segundo Jensen (2004), as bibliotecas possuem limitações de recursos e de espaço, o que não permite que a instituição adquira a totalidade de publicações e que dê a mesma ênfase a cada uma dessas obras. Neste momento, o processo de escolha deve estar pautado em “sólidos motivos profissionais”, ou seja, as escolhas não devem ser tomadas de forma arbitrária ou de acordo com as preferências pessoais do profissional da informação. Ele deve ser capaz de reconhecer as qualidades presentes no material informacional e julgá-los analisando aspectos como a sua adequação ao contexto do acervo; sua qualidade informacional; o material, a sua origem e a teoria. Tais juízos têm dimensão política, mas também de conotação moral, uma vez que envolvem os valores presentes na formação social de cada indivíduo. Nesse momento, a história de vida do profissional pode interferir no processo de escolha. As políticas de seleção e desenvolvimento de coleções, além de estabelecer prioridades, também são instrumentos para minimizar estas interferências, mas não são capazes de “anular”, totalmente, as concepções próprias de um profissional. Podem ser vistas como uma forma de buscar equilibrar os conflitos internos em favor da missão e dos objetivos da instituição.

De acordo com Mathiesen e Fallis (2008), este viés pessoal que pode estar presente no processo de seleção é capaz de provocar efeitos no usuário final, já que o leitor pode ser “sutilmente influenciado” na direção deste viés aplicado pelo seletor, o que torna a coleção tendenciosa e se configura como uma ameaça à liberdade intelectual do seu público alvo. Neste contexto, o bibliotecário deve manter-se neutro a fim de evitar sua interferência em meio a diversos pontos de vista.

Esta neutralidade, ainda segundo Mathiesen e Fallis (2008) não deve ser vista como uma posição de não julgamento, mas sim um processo de tomada de decisões baseado em um julgamento profissional. No momento de sua decisão e em seu contexto profissional, o seletor precisa afastar-se de suas concepções pessoais a fim de colocar as obrigações profissionais em primeiro lugar. Precisa, ainda, ter em mente que uma boa coleção não é aquela baseada em escolhas de bons materiais informacionais, em que qualidade de cada item é avaliada individualmente: deve-se entender de que forma aquela coleção está sendo projetada e se o material

¹² Capítulo 3.3.2: serviços e produtos.

selecionado irá agregar valor àquele contexto. O autor exemplifica a escolha profissional em conflito com as aceções pessoais ao tratar do cristianismo:

Por exemplo, se eu estou selecionando documentos para a coleção de religião da minha biblioteca pública, eu não deveria usar minhas crenças religiosas pessoais para fazer uma determinação sobre quais os livros a serem incluídos. Uma maneira de entender a idéia de crenças "pessoais" é que estas são crenças e valores que não fazem parte da organização ou da comunidade que você serve. Se a sua biblioteca não tem a missão de apoiar o cristianismo, então as suas seleções também não devem estar direcionadas, mesmo que você esteja apaixonadamente comprometido com o Cristianismo. (MATHIESEN; FALLIS, 2008, p. 13, tradução nossa).

Por outro lado, esta atitude infringe diretamente a liberdade de acesso a todos os pontos de vista do mesmo assunto. Ao favorecer outras religiões em detrimento do cristianismo, por exemplo, o bibliotecário não estará dando a oportunidade de um conhecimento amplo para o seu usuário, o que pode levar este profissional, mesmo que de forma inconsciente, a reafirmar as ideias de grupos dominantes.

A grande questão é que toda política, seja da biblioteca; de aquisição e desenvolvimento; ou de tratamento de informação já envolve um direcionamento que está em consonância com a instituição, seus objetivos, missão e com seu público alvo. Desta forma, não é possível falar em neutralidade, uma vez que o acervo e os serviços de informação oferecidos pela biblioteca refletem a política vigente, impactando diretamente as “escolhas” deste profissional.

Uma perspectiva diferenciada trazida por Mathiesen e Fallis (2008) é a prática, no desenvolvimento de coleções, de um ponto de vista neutro, que é uma das “políticas de conteúdo que a Wikipedia requer que seus colaboradores adotem”, e que, historicamente, já teria sido mencionada no início do século 17 por bibliotecários como Gabriel Naudé e John Durie.

Para fins deste trabalho, julgou-se necessário verificar se este conceito ainda permanece como um dos princípios adotados pelo site, ainda que o autor o tenha feito em 2006. Segundo a Wikipedia (2013):

Atingir o que a comunidade Wikipedia entende como neutralidade significa o cuidado e a análise crítica de uma variedade de fontes confiáveis e, em seguida, tentar transmitir ao leitor a informação contida nestas fontes de forma razoável, proporcional, e, tanto quanto possível, sem viés. A Wikipedia tem como objetivo descrever as disputas, mas não praticá-las. Os editores, apesar de naturalmente terem seus próprios pontos de vista, devem esforçar-se

de boa fé para fornecer informações completas, e não para promover um ponto de vista particular sobre o outro. Como tal, o ponto de vista neutro não significa a exclusão de certos pontos de vista, mas incluindo todos os pontos notáveis e verificáveis de vista. Siga seguintes princípios para atingir o nível de neutralidade que é apropriado para uma enciclopédia. (WIKIPEDIA, 2013, tradução nossa).

Percebe-se que, mesmo sofrendo alterações ao longo dos anos, a essência deste conceito ainda é a mesma apresentada por Mathiesen e Fallis (2008) e que continua vigorando como um princípio da Wikipedia. Os autores então refletem sobre os benefícios desta abordagem no desenvolvimento de coleções:

Há claras vantagens para tomar um "ponto de vista neutro" na concepção de uma coleção. Ele promove tanto a educação quanto a liberdade intelectual daqueles servidos pela biblioteca. Através do fornecimento de uma gama de pontos de vista, os clientes são mais propensos a serem capazes de encontrar as obras que se interessem ou recorram a eles. Eles são, portanto, livres para perseguir seus interesses intelectuais através da utilização de uma biblioteca. Ao fornecer uma gama de pontos de vista, a biblioteca também permite aos usuários ver a gama de pontos de vista e crenças dentro da cultura. (MATHIESEN; FALLIS, 2008, p. 15, tradução nossa).

A adoção do "ponto de vista neutro", como sugerido, apresenta-se como uma solução razoável para as dificuldades advindas do emprego da neutralidade no campo do desenvolvimento de coleções. Para manter uma posição de equilíbrio entre a sua tendência de escolha, motivada por concepções pessoais; e o seu compromisso profissional, o bibliotecário precisa entender que a sua atuação é restringida por políticas e pelo contexto em que está inserido, o que não significa que ele deva limitar o acesso ao conhecimento para seu usuário. O profissional sempre deve buscar ferramentas para que, na medida do possível, uma gama de possibilidades seja oferecida ao seu público. Mesmo que alguns entraves institucionais o impeçam de fazê-lo de forma completa, o seu direito de exercer a liberdade de escolha na formação de uma coleção deve sempre ser assegurado.

Pode-se ainda questionar esta tal liberdade de escolha: será que este profissional, submetido a um princípio de neutralidade e às políticas institucionais que norteiam a sua atuação está mesmo livre para fazer escolhas em benefício de seu usuário?

De acordo com Jackson (2010), a neutralidade no desenvolvimento de coleções é claramente discutível. Reconhece que os profissionais devem sempre

analisar as necessidades de sua comunidade, pois são estas que justificam a criação de uma coleção. Esta análise inclui ações de julgamento, que devem ser asseguradas a este profissional. Para o autor, a neutralidade neste contexto, não significa um abandono de princípios no momento da seleção, mas sim uma atitude de “engajamento ativo e uma cuidadosa avaliação das carências de cada membro desta comunidade” (JACKSON, 2010). Desta forma, mesmo que limitado, o bibliotecário está apto para intervir de forma ativa em benefício de seu usuário, desde que trabalhe para amenizar as dificuldades intrínsecas à sua atuação em sociedade.

5.1.3 Análise e tratamento da informação

A neutralidade na análise documentária é interpretada por Lara e Cioffi (1989) como uma postura ingênua, uma vez que os textos produzidos são permeados por ideias que refletem uma “construção intelectual” que parte da sociedade e para a qual também se destina. Esta construção intelectual não é neutra, pois quem a produz o faz por um interesse ou inclinação particular por determinado assunto, ou porque a exploração de certos conceitos representa um prestígio para o pesquisador, tornando-se uma fonte de apoio institucional ou financeiro, por exemplo. De qualquer forma, sempre existirá uma motivação que impulsione a produção de conhecimento e esta produção sempre estará vinculada ao contexto em que ela foi concebida, já que o indivíduo, ainda que de forma inconsciente, reproduz suas aceções pessoais que partem de sua cultura e da sociedade. Para a autora, no momento em que não se reconhece “a participação do ideológico na análise documentária”, deixa-se de enxergar o indivíduo como “ator social no processo de produção/ consumo e tradução de conhecimentos”. (LARA; CIOFFI, 1989, p. 93).

As conclusões apresentadas por Lara e Cioffi (1989) estão embasadas nas ideias de Cunha (1989) presentes em seus dois trabalhos que tratam da análise da informação¹³:

Na realidade, negar a componente ideologia em análise de texto para fins documentais é não colocar em questão o papel do indivíduo no

¹³Análise documentaria: a análise da síntese (1989) e Do mito a análise documentaria (1990).

processo de produção, consumo e tradução de todo conteúdo para o todo/conceito/palavra-chave. Ao mesmo tempo, é negar que a linguagem, quer seja do autor/produtor do texto/discurso, quer seja a linguagem documentária, é aquisição, construção e instrumento elaborados respectivamente pela sociedade por e para um grupo social, refletindo, em ambos os casos o pensamento e os interesses dominantes. (CUNHA, 1989, p. 55).

Outra forma de enxergar a neutralidade na análise da informação parte do ponto de vista do profissional. No momento em que se entende que o bibliotecário é responsável por representar o conhecimento, reconhece-se que este processo passa por etapas como a análise documental, a descrição temática da informação, que envolve a classificação, a indexação e os resumos; e a construção de linguagens documentárias (BAPTISTA; ARAÚJO JR.; CARLAN, 2010). A neutralidade pode então ser contestada em cada uma destas ações.

A análise documental, de acordo com Baptista, Araújo Jr. e Carlan (2010) tem como objetivo a elaboração de

[...] representações condensadas do conteúdo informacional de uma população de documentos, estando diretamente relacionada à síntese e ao tratamento da informação, com o objetivo da organização e recuperação de informações e de atender as necessidades dos usuários [...] (BAPTISTA; ARAÚJO JR.; CARLAN, 2010, p. 69).

Além do conteúdo informacional ser dotado de construções intelectuais, como citado anteriormente, este processo também engloba a apreensão do conteúdo por parte do profissional, o que exige um julgamento e a tomada de decisões para que os melhores instrumentos capazes de representar aquela informação sejam utilizados. Estas ações envolvem um teor subjetivo e, apesar da busca pela representação fidedigna do documento, este pode ser analisado de formas distintas, que incluem, por exemplo, o contexto da instituição; a relevância do documento dentro da coleção; a subjetividade de cada indivíduo, incluindo o profissional e o público alvo; a abordagem das linguagens documentárias e das ferramentas de descrição. Nesta conjuntura, a neutralidade perde sentido, como afirma Cunha (1989):

Ao colocarmos esta problemática, pretendemos pôr em discussão o preconceito bibliotecário de “leitura única e absoluta”, assim como existência de conceitos/palavras-chave e bibliotecários/ analistas da documentação “neutros”. Isto é, considerarmos que o leitor/bibliotecário/ analista da documentação tem sempre uma visão

ideológica, sobrepondo-a à linguagem ideologia do texto/ discurso a analisar. Essa sobreposição se manifesta pela opção “ideológica” que faz em relação ao uso ou descarte de determinados conceitos/palavras-chave, mesmo quando se reporta às regras de objetividade e neutralidade aconselhadas pelos manuais e pela ética profissional vigente. (CUNHA, 1989, p. 54).

No que tange à concepção das linguagens envolvidas no tratamento da informação, de acordo com Lara e Cioffi (1989), estas devem “refletir uma postura ideológica dada, a partir de uma atitude crítica frente à informação”. Ou seja, os instrumentos utilizados na descrição temática da informação devem ser concebidos para afirmar a conjectura presente na instituição, que inclui a sua missão e funções, a escolha do sistema de classificação e a utilização de um vocabulário controlado, entre outros, a fim de dominar particularidades e garantir que as atividades da biblioteca adotem um comportamento consistente, o que descarta a posição de neutralidade, uma vez que todas estas instâncias estão permeadas por escolhas ideológicas, como ressaltado por Lara e Cioffi:

Diante do aqui exposto, é fundamental que o documentalista também se atenha a esses determinantes sociais mais globais, quando se trata de assumir uma postura técnica de análise documentária, e principalmente tenha em mente o direcionamento que vai dar para o conjunto de documentos que se propõe a tratar. Direcionamento este, que parte da linha teórica que vai imprimir a esta tarefa, desde a escolha do vocabulário que vai utilizar (Thesaurus), até o processamento técnico (seleção e indexação) e a recuperação da informação, que constitui a ponte para o usuário, e que permitirá finalmente o fechamento deste processo. (LARA; CIOFFI, 1989, p. 94).

5.1.4 Serviços e produtos

No âmbito dos serviços, segundo Civarello (2012) a neutralidade pode ser entendida como uma forma de oferecer um serviço objetivo e imparcial para o usuário, promovendo um tratamento igualitário a quem quer que requisite os serviços de informação. Para a autora, este tratamento é altamente recomendável, mas não significa uma posição de neutralidade, mas sim uma aproximação com a Declaração dos Direitos humanos (1948), destacando os artigos II e VII:

Art I Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião

política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

Art VII Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação. (ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948).

De forma geral, justifica-se a neutralidade nos serviços de referência como uma maneira de coibir comportamentos discriminatórios, preconceituosos ou que demonstrem preferência ou inclinação pessoal durante o serviço. Ao analisar esta afirmação percebe-se que este é o comportamento de respeito aos Direitos Humanos, citado por Civarello (2012).

No caso do Brasil, esta atitude em favor dos direitos está assegurada na Constituição Federal brasileira, que garante o amplo acesso à informação ao cidadão que solicitá-la. O texto da Constituição Federal Brasileira¹⁴, promulgada em 1988 se refere aos órgãos públicos, mas o direito de acesso à informação, cultura, educação e conhecimento permeia todas as esferas da sociedade, respeitando o contexto de cada instituição.

Outra interpretação da aplicação da neutralidade ao serviço de referência, ainda segundo Civarello (2012), destaca um atendimento “sem viés”, não influenciado por acepções próprias do bibliotecário, relacionadas à sua cultura, contexto, costumes e princípios. Segundo a autora, o profissional neutro, teoricamente, deve oferecer a informação ao seu usuário de maneira ampla, abordando os diversos aspectos de um mesmo assunto.

Esta proposição é impossível de ser realizada na prática, uma vez que as próprias coleções já são limitadas por políticas internas. Esta atitude contrapõe-se ao próprio serviço de referência, que envolve uma escolha, dentre as fontes que a instituição possui, sempre privilegiando a informação que melhor se adequa a uma determinada necessidade informacional e ao contexto do usuário. Mas, até que ponto é interessante para o usuário que o bibliotecário se mantenha neutro?

Para Branum (2013), o serviço de referência é naturalmente tendencioso. A autora conclui que o profissional que age de maneira verdadeiramente neutra, não

¹⁴ Título II: Dos direitos e Garantias Fundamentais. Capítulo I: dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Art. 5, Inciso XXXIII: Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

pode manifestar nenhuma opinião, o que inviabilizaria as suas escolhas e as recomendações informacionais típicas do trabalho do bibliotecário, limitando assim o serviço de referência e prejudicando os usuários da instituição.

Já McMenemy (2007), entende que, desde 1990, o bibliotecário neutro e, por consequência, passivo é visto como um obstáculo para seus usuários. Citando Train (2003, p. 31), McMenemy (2007, p.180) exemplifica este comportamento:

[...] a informação estaria prontamente acessível, se a demanda fosse articulada, caso contrário, esperava-se que os usuários da biblioteca fossem capazes de selecionar e localizar o seu próprio material de leitura, sem promoção ou encorajamento. Qualquer forma de intervenção neste processo de seleção poderia ser considerado por alguns como um cerceamento da liberdade de escolha. (TRAIN, 2003, p. 31 *apud* MCMENEMY, 2007, p. 180, tradução nossa).

Esta postura é altamente prejudicial ao bom serviço de referência. Segundo McMenemy (2007), sob a ótica de Foskett (1962), tal situação poderia ser interpretada como um não uso do conhecimento do bibliotecário para entender necessidades e apresentar alternativas ao seu usuário e que, desta forma, o profissional não está em consonância com seu papel de educador e facilitador do desenvolvimento do leitor.

Abordando o papel de mediador do bibliotecário, Sanches e Rio (2010), reforçam que o profissional congrega os requisitos mínimos para “intermediar a relação entre usuário/informação atividades, ora entendidas como neutras, sejam substituídas por ações de interferência”. Ao citar Almeida Junior (2006 *apud* SANCHES; RIO, 2010), os autores demonstram que o princípio da neutralidade não pode permear a mediação da informação:

Na mediação não há, nem pode haver, uma neutralidade, tanto por parte do usuário (aquele que explicita ou sugere uma necessidade informacional) como por parte do bibliotecário/arquivista (aquele que conhece e sabe se movimentar adequadamente no universo informacional). A idéia da presença da neutralidade – e de sua necessidade – no fazer bibliotecário/arquivístico é constante e recorrente entre os profissionais da área. O senso comum bibliotecário/arquivista identifica e tenta explicar a mediação com a imagem da “ponte”. No entanto, esta é fixa, permitindo a passagem de um lado para outro, sem interferir. Além disso, os lados ligados pela ponte são sempre os mesmos. (ALMEIDA JUNIOR, 2006 Slide 10 *apud* SANCHES e RIO, 2010, p. 109).

Entende-se que, agindo de forma estritamente neutra, o profissional torna-se um atendente comum, pois, ao abster-se do envolvimento com o problema do leitor,

ele deixa de usar o seu conhecimento para agregar valor e agir em favor do seu usuário. Esta perspectiva incita um questionamento importante: qual é a função da formação e o conhecimento de um profissional se eles não podem ser utilizados em benefício de seu público alvo?

A ideia de neutralidade aplicada aos serviços revela-se uma atitude passiva e mecanizada, em que o indivíduo deixa para trás, como se isto fosse possível, toda a sua concepção para se “adequar” ao papel de profissional ético, em que a neutralidade acaba por restringir o pleno uso das suas capacidades intelectuais, prejudicando a mediação e a qualidade dos serviços de informação.

Por outro lado, tal princípio não pode ser avaliado de forma tão radical, uma vez que a sua aplicação a este contexto surgiu com o objetivo de prevenir atitudes discriminatórias e de cerceamento intelectual. Se o indivíduo, independente do quem ou o que seja, apresenta uma demanda à unidade de informação, esta deve ser atendida. Apesar de todos os posicionamentos contrários a esta afirmativa, discutidos no capítulo 3.2, a informação não deve ser julgada como prejudicial à sociedade, mesmo que o usuário tenha intenção de aprender a construir uma bomba¹⁵.

Em termos de Hauptman (1972 *apud* MCMENEMY, 2007, p. 180), o bibliotecário estaria se abstendo de seu compromisso com a sociedade ao fornecer a informação de forma irrestrita, sem julgar o impacto que ela pode ter em seu contexto, o que revela que a neutralidade dificilmente um dia representará um consenso, já que a sua aplicação sempre poderá ser questionada e requestionada.

Se o princípio da neutralidade não consegue controlar as subjetividades do indivíduo, então, como o profissional deve agir para não deixar que suas concepções prejudiquem a efetividade dos serviços de informação?

O bibliotecário deve ser capaz de manter uma posição de equilíbrio entre as suas aceções próprias e o seu trabalho, evitando ao máximo, que sua subjetividade interfira de maneira nociva nos serviços de informação, afetando os direitos de seus usuários. Deve agir com bom senso e portar-se de forma crítica, entendendo que suas atitudes têm impacto direto na sociedade e que suas decisões devem ser tomadas para proporcionar o maior benefício ao seu público alvo. Este comportamento minimiza as questões de preconceito e tratamento discrepante, bem

¹⁵ A bomba é uma alusão ao estudo de Hauptman (1972), apresentado no capítulo 3.2.

como viabiliza o acesso amplo à informação, apesar de todas as limitações inseridas no contexto de uma biblioteca.

A respeito das informações “nocivas”, entende-se que, agindo de maneira crítica e equilibrada, o profissional apreenderá que existem outras maneiras de reduzir os riscos que uma informação pode trazer à coletividade. Ele deve ter sensibilidade para perceber más intenções, porém esta percepção é relativa. Caso o bibliotecário julgue necessário, poderá comunicar estas solicitações suspeitas aos seus superiores ou órgãos responsáveis, mas não deve negar a informação a um indivíduo.

Desta forma, percebe-se que equilíbrio, bom senso e respeito aos direitos dos indivíduos são atitudes que devem permear os serviços de informação, e que seus conceitos são mais adequados a este contexto do que a controversa ideia de neutralidade.

5.2 O Indivíduo; a Ideologia; a Neutralidade da Ciência e da Biblioteconomia

Após a discussão da neutralidade associada ao espaço da biblioteca, às atividades seleção e desenvolvimento de coleções, à análise e tratamento da informação e aos serviços e produtos percebe-se que, na prática, este é um princípio que possui múltiplas abordagens. Quando estudado dentro de um mesmo contexto, como por exemplo, no âmbito do serviço de referência, a neutralidade pode ser interpretada como um tratamento igualitário a todos os usuários da unidade de informação e/ou como a disponibilização da informação de forma ampla, abrangendo todos os pontos de vista de um mesmo assunto. Esta multiplicidade de enfoques é fomentada pela ausência de um conceito básico e consensual do que é agir como um bibliotecário neutro, conceito este que, partindo de uma abordagem geral, seria aplicável a todo o âmbito da atividade bibliotecária.

A neutralidade bibliotecária é altamente questionável. Primeiramente porque partiu de um contexto em que biblioteconomia e a ciência da informação eram vistas como uma “ciência social em sua estreita relação com as ciências naturais” (DICK, 1995, p. 220). Estabeleceu-se então, em uma clara tentativa de elevá-la ao patamar cientificista, a relação entre a neutralidade da ciência e a biblioteconomia: ora, a ciência é neutra; logo, se biblioteconomia é uma ciência, esta também deve ser

neutra. Assim, como exposto por Andre, Henriques e Alves (2005, p. 7), “a objetividade garantiria à cientificidade, já o contrário, a opção por uma atitude não neutra seria o determinante que iria romper com a ciência”.

O credo bibliotecário de ser um guardião do conhecimento “sem política, sem religião, sem moral” é revelador da neutralidade científica (pressuposto absoluto do positivismo) implícito na própria organização do conhecimento, onde os conteúdos são dispostos linearmente, possuindo todos o mesmo valor, o mesmo grau de relevância e objetividade (tanto mais se a relevância “a mais importante propriedade da informação” como substancializam os cientistas da informação é tomada como a medida de efetividade do contato entre o emissor e destinatário); ao bibliotecário importa dispor os conteúdos (mesmo que ele passe de uma classificação aristotélica de Dewey para sistemas pós-coordenados); dispondo positivisticamente esse conteúdo, o bibliotecário reza outro credo do ideário informacional: servir a instituição patronal a qual a biblioteca se subordina por onde ela orienta todo o seu processo de seleção, compondo as coleções sempre sob rigorosa adequação aos objetivos da organização mantenedora (de todos os credos, a compatibilidade da política de aquisição com os objetivos organizacionais é de consenso absoluto). (MOSTAFA, 1985, p. 55).

A proposição de Mostafa (1985) não só reforça a ligação entre a neutralidade da ciência e a filosofia das atividades bibliotecárias, como também reconhece que a organização do conhecimento encontra-se permeada por esta ideia. Em sua concepção inicial, esta proposição parecia aceitável, todavia, a dita neutralidade da ciência não figura mais como uma verdade absoluta. Minayo (2004, p. 34) reforça esta afirmativa ao constatar que “a neutralidade da investigação científica é um mito”, assim como as ciências sociais e naturais, de acordo com Andre, Henriques e Alves (2005) não possuem o mesmo objeto de estudo, o que se contrapõe à aproximação da biblioteconomia às ciências naturais:

A ciência é muito mais do que objetividade ou subjetividade, a questão é que em ciências naturais e sociais sujeito e objeto não são iguais, o que nos permite compreender que para o pesquisador faz-se necessário um posicionamento contrário a uma explicação “prescritiva”, “normativa” e reguladora, características próprias da ideologia, o que serve de norma para uma, não é coerente para a outra. Por exemplo, as ciências naturais explicam o fenômeno, as ciências sociais por sua vez, além de explicá-los, os compreendem, pois isto é a expressão de uma necessidade, para se chegar ao real significado do fenômeno estudado. (ANDRÉ; HENRIQUES; ALVES, 2005, p. 8).

A problemática vai além de uma divisão entre os paradigmas das duas ciências: não é aceitável que se entenda a pesquisa científica como um estudo livre de interferências ideológicas, presentes em todos os seus processos:

Acreditar que a ciência é exclusivamente objetiva é por si só assumir uma postura ideológica [...] Há ainda um outro aspecto relevante que merece destaque nas reflexões acerca do pesquisador e seu objeto de estudo, ou seja, o caráter ideológico presente no investigador, o que poderá interferir na neutralidade deste frente à interpretação do objeto, do rigor enquanto instrumento de investigação, uma vez que a ideologia está fortemente relacionada às escolhas e interpretações do cientista (o quê pesquisar, como pesquisar, com qual fundamentação, qual método). Bakhtin (2002), parte do princípio que tudo é ideológico, que os sujeitos já nascem em um mundo instituído por signos ideológicos. Neste sentido, o pesquisador estaria submerso em ideologias que o acompanham desde o seu nascimento, e que não se ocultam na escolha da pesquisa. (ANDRE, HENRIQUES E ALVES, 2005, p. 8).

Desta forma, entendendo que o “mundo ideológico” é anterior ao próprio indivíduo; e que este, por ser parte integrante, está permeado por estas ideologias, a concepção de que a ciência está isenta de valores; de que o pesquisador é capaz de descartar o indivíduo, isolando-o da sociedade (DURKHEIN, 2007); e de que a organização do conhecimento é neutra não parece coerente. Mas, este fato não significa que, por não ser neutra, a pesquisa científica não tem valor:

[...] a maneira de conduzir uma pesquisa e chegar aos resultados úteis para a ciência e para a sociedade não está desvinculada dos valores, dos preconceitos e das concepções filosóficas das pessoas direta ou indiretamente envolvidas no processo de realizar a pesquisa. Esses valores, esses preconceitos e essas concepções vão marcar, nitidamente, a escolha do assunto, o quadro de referência teórico das hipóteses e a utilização dos resultados da pesquisa, mas somente quando o pesquisador consegue evitar que eles se sobreponham aos critérios rigorosos de veracidade e objetividade na observação e na interpretação dos fatos, a verdadeira pesquisa científica estará sendo realizada com êxito. (ABRAMO, 1979, p. 28 *apud* ANDRE, HENRIQUES E ALVES, 2005, p. 8).

Ainda sobre a relação estabelecida entre ciência, o indivíduo e a ideologia, destaca-se as constatações de Merleau-Ponty (1999), em sua *Fenomenologia da percepção*.

Tudo aquilo que sei do mundo, mesmo por ciência, eu o sei a partir de uma visão minha ou de uma experiência do mundo sem a qual os símbolos da ciência não poderiam dizer nada. Todo o universo da

ciência é construído sobre o mundo vivido, e se queremos pensar a própria ciência com rigor, apreciar exatamente seu sentido e seu alcance, precisamos primeiramente despertar essa experiência do mundo da qual ela é a expressão segunda. A ciência não tem e não terá jamais o mesmo sentido de ser que o mundo percebido, pela simples razão de que ela é uma determinação ou uma explicação dele. [...] As representações científicas segundo as quais eu sou um momento do mundo são sempre ingênuas e hipócritas, porque elas subentendem, sem mencioná-la, essa outra visão, aquela da consciência, pela qual antes de tudo um mundo se dispõe em torno de mim e começa a existir para mim. Retornar às coisas mesmas é retornar a este mundo anterior ao conhecimento do qual o conhecimento sempre fala, e em relação ao qual toda determinação científica é abstrata, significativa e dependente, como a geografia em relação à paisagem — primeiramente nós aprendemos o que é uma floresta, um prado ou um riacho. (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 3).

Segundo Von Zuben (1989), a fenomenologia de Merleau-Ponty (1999) pode ser vista erroneamente como uma forma de resistência às contribuições da Ciência ou como uma supervalorização do “subjetivismo fenomenológico em face de um objetivismo científico”. Na verdade, Merleau-Ponty infere uma crítica ao “caráter absoluto das teorias empiristas”:

Há um desmentido, então, da ciência, na medida em que se considere esta como a exterioridade mútua das partes, ligadas por certas relações de causalidade, o que conduz ao ocultamento de nossas relações com as coisas: o que, aliás, fica claro na própria estrutura do comportamento. (VON ZUBEN, 1989).

Desmistifica-se então a neutralidade da Ciência, ao posicioná-la no contexto das ideologias e do indivíduo. Ainda assim, percebe-se que as inferências desta neutralidade científica à biblioteconomia ainda são pontos de discussão. É interessante observar que, no âmbito da biblioteconomia, a neutralidade possui comportamento acíclico: a teoria não segue uma construção linear, em que é possível traçar uma linha evolutiva deste paradigma, diferentemente do ocorrido com a neutralidade da ciência: uma vez consolidada, sua fundamentação foi alvo de confrontações e reexame, tendo o seu debate culminado na desconstrução da proposição anterior, em detrimento da constatação de que a ciência não é neutra.

Já na biblioteconomia, retomando as proposições de Jackson (2010)

[...] décadas de debate animado resultaram da complexidade e ambiguidade moral da questão. Para cada situação em que a neutralidade pode ser aplicada, a adequação da neutralidade foi contestada. (JACKSON, 2010, tradução nossa).

Desta forma, não foi possível, até os dias de hoje, estabelecer uma relação consensual entre a biblioteconomia e este ideal.

Há também as correntes que entendem que a própria neutralidade biblioteconômica não é neutra, por refletir uma ideologia:

A biblioteconomia não é simplesmente um conjunto de técnicas desvinculadas da sociedade em que ocorrem, e caso seja realmente neutra como alguns afirmam, a ideia de neutralidade já é uma das premissas do campo neoliberal, que marca os parâmetros ideológicos que movem a sociedade hoje, e não há nenhum setor que não seja atingido por essa ideologia atual. (SILVA, p. 6)

A premissa de que o bibliotecário não deve ser em sua prática profissional, nem de esquerda, nem de direita, ou de centro, devendo ser totalmente apolítico e neutro, trata-se também de uma maneira de utilizar os mesmos e as instituições como armas de controle. A neutralidade, em sua essência, supõe a aceitação acrítica da ideologia dominante, isso já é uma postura política, diante disto propõe-se que qualquer profissional da informação poderia aspirar ser mais independente, reflexivo, crítico e com um discurso contra-ideológico, esta última premissa no que se refere ao bem comum visto que a ideologia generaliza interesses particulares (SKREPETZ, 2011 *apud* SILVA, 2011, p.7).

Ainda que a aplicação da neutralidade seja questionada, ela não perde o caráter de princípio ético norteador da biblioteconomia: diferentemente do que afirma Jackson (2010), ao constatar que os documentos relativos a estes princípios éticos, valores e os padrões intrínsecos à prática profissional do bibliotecário apenas “sugerem uma posição de neutralidade¹⁶”. Encontrou-se, no quinto capítulo do *Código de ética da IFLA para bibliotecários e outros profissionais da informação*, claras referências a este posicionamento:

5.NEUTRALIDADE, INTEGRIDADE PESSOAL E HABILIDADES PROFISSIONAIS

Os bibliotecários e outros profissionais da informação estão estritamente comprometidos com a neutralidade e postura imparcial em relação à coleção, acesso e serviço. A neutralidade resulta na coleção mais equilibrada e no acesso mais equilibrado à informação atingível.

Os bibliotecários e outros profissionais da informação definem e publicam suas políticas de seleção, organização, preservação, provisão e disseminação da informação.

Os bibliotecários e outros profissionais da informação diferenciam suas convicções pessoais e suas obrigações profissionais. Eles não promovem interesses privados ou crenças pessoais em detrimento à neutralidade.

¹⁶ Capítulo 3.2

Os bibliotecários e outros profissionais da informação têm o direito de livre fala no ambiente de trabalho, não infringindo o princípio de neutralidade relativo aos usuários.

Os bibliotecários e outros profissionais da informação opõem-se diretamente à corrupção que afeta a Biblioteconomia, tanto na fonte de recursos, quanto no suprimento de materiais de biblioteca, nomeações para cargos de biblioteca e administração de contratos de biblioteca e finanças.

Os bibliotecários e outros profissionais da informação lutam pela excelência na profissão, pela manutenção e melhoria de seus conhecimentos e habilidades. Eles objetivam os padrões mais altos de qualidade de serviço e, assim, promovem uma reputação positiva da profissão (IFLA, 2012).

Entende-se que as considerações da IFLA (2012) foram elaboradas numa tentativa de resolução nos principais pontos de conflito desta teoria. Se, por um lado, questionou-se que a neutralidade inviabiliza o serviço de referência e que este princípio motiva comportamentos passivos de aceitação aos movimentos dominantes¹⁷, por outro, a IFLA (2012) entende que “os bibliotecários e outros profissionais da informação têm o direito de livre fala no ambiente de trabalho, não infringindo o princípio de neutralidade relativo aos usuários”; já sobre a problemática do indivíduo neutro, amenizam-se as contraposições a partir do momento em que se afirma que o profissional, motivado pelo seu compromisso com a neutralidade, é capaz de separar as “convicções pessoais” de suas “obrigações profissionais”. Mas esta postura, observando-se a abordagem construída no capítulo *Seleção e desenvolvimento de coleções*, não indicaria uma posição de neutralidade, mas sim, o profissionalismo e o equilíbrio deste indivíduo.

Pode-se inferir que, em determinados contextos da biblioteconomia, alguns posicionamentos adotados pelo bibliotecário são erroneamente entendidos como uma postura neutra. Na verdade, estes comportamentos denotam objetividade; equilíbrio entre aceções próprias e o compromisso profissional; respeito aos direitos humanos; bom senso na tomada de decisões e posicionamento crítico diante da sociedade. Entende-se que estes equívocos são motivados pela ausência do conceito básico de neutralidade próprio da biblioteconomia, como ressaltado no início deste capítulo.

¹⁷ Capítulo 5.1.2

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da pesquisa consistiu na análise da neutralidade como característica do trabalho do bibliotecário e em quais atividades ela se aplica. Para isto, consultou-se a literatura a fim de identificar os posicionamentos de concordância ou discordância em relação a este princípio ético. Isto posto, refletiu-se acerca da real efetividade da neutralidade no trabalho do bibliotecário.

Ainda que o levantamento bibliográfico compreenda um recorte temporal iniciado em 1920 e findado em 2012, não foi possível notar uma legítima preocupação com o estudo de uma definição filosófica para a neutralidade bibliotecária. Uma vez inspirados na concepção neutra da Ciência, parece que os estudos desenvolvidos durante este período concentraram-se apenas em refletir sobre as aplicações práticas do princípio, que resultaram em posições de defesa e legitimação da neutralidade; de negação absoluta; ou contestação, caracterizada pelo estudo das inconsistências da teoria, revelando brechas práticas que justifiquem a não adoção a este princípio ou a sua aceitação parcial, em que, em benefício do usuário, o profissional pode alternar entre as “atitudes neutras” e as de escolha ideológica.

No que se refere à literatura, percebeu-se que a neutralidade bibliotecária não reflete um consenso, o que possibilitou um levantamento de opiniões conflitantes e enriqueceu a reflexão sobre estas características. Na literatura em língua portuguesa, a neutralidade é um conceito que encontra-se disperso em diferentes áreas temáticas do campo da biblioteconomia. Fato semelhante não ocorre na língua inglesa, em que a neutralidade é abordada de forma mais profunda e filosófica, ainda que voltada para a aplicação prática desta teoria. De forma simplificada, pode-se verificar características de cada década de produção da literatura:

- a) Na literatura há registros de que a discussão sobre neutralidade iniciou-se em 1920. Este período é marcado pela tentativa de elevar a biblioteconomia ao patamar de Ciência, contexto em que, numa clara inspiração advinda dos preceitos da filosofia da Ciência, passou-se a adotar a neutralidade como um dos valores éticos indispensáveis às práticas do bibliotecário.
- b) As décadas de 1960 e 1970 caracterizam-se, de maneira geral, como um período de grande discussão do tema, motivada pela publicação de Foskett,

em 1962. Entendeu-se que, neste momento, a reflexão da neutralidade passa da esfera da filosofia da ciência para a aplicação deste ideal ao serviço de referência. Em 1973, a neutralidade estrita é associada ao ideal à liberdade intelectual; em 1976, o emprego da neutralidade de forma irrestrita é visto como uma ameaça à sociedade, colocando o bibliotecário como um indivíduo que possui responsabilidade individual.

- c) A partir da década de 1980, as discussões concentram-se na associação deste princípio à passividade, o que seria uma ameaça à liberdade de expressão e à independência da biblioteca.
- d) Na década de 1990, a produção científica voltou-se para a aplicação da neutralidade aos serviços de informação e a contestação da sua efetividade nestes âmbitos.
- e) A partir dos anos 2000, alguns debates intensificam-se, abrindo espaço para revisões teóricas de estudos realizados anteriormente e para a adoção de uma postura mais crítica ao tratar da neutralidade.

Se inicialmente, procurou-se por posicionamentos que reconhecessem ou questionassem a neutralidade, após o estudo da literatura percebeu-se que a abordagem deste conceito é múltipla. A neutralidade foi vista como:

- a) um ideal a ser seguido ;
- b) um princípio impossível de ser adotado;
- c) uma atitude negativa, passiva e perigosa;
- d) uma postura que pode ser deixada de lado, deixando o profissional livre para ser neutro, e, ao mesmo tempo, ter a opção de abrir mão deste princípio em benefício do usuário;
- e) um preceito ético que, mesmo que parta de uma premissa neutra, carrega em si concepções ideológicas;

Outras experiências se direcionaram para a aplicação da neutralidade ao desenvolvimento de coleções; à análise da informação; ao serviço de referência; à biblioteca como instituição social e ao bibliotecário como um profissional regido por princípios éticos.

Já explorando estas atividades nas quais a neutralidade é questionada em sua faceta prática, concluiu-se que ela está presente na concepção da biblioteca

como instituição, que envolve o seu espaço, políticas e missão; associada às atividades de seleção e desenvolvimento de coleções; à análise e tratamento da informação; aos serviços e produtos; e à concepção do indivíduo, pois esta reflete em sua atuação como profissional. Nesta fundamentação, discutiu-se a ideologia e o contexto em que ele se insere; e por fim, percebe-se que a neutralidade também foi aplicada à biblioteconomia como Ciência.

Sobre a real efetividade deste conceito no âmbito da biblioteconomia, percebeu-se que, idealmente, o bibliotecário assume a prerrogativa da neutralidade. Mas, a partir do momento em que os limites do ideal são extrapolados, a fim de adquirir uma faceta prática, a natureza da profissão bibliotecária; as ideologias presentes na sociedade e a concepção do indivíduo enquanto parte integrante deste contexto interagem com este ideal, o que corrompe a sua efetividade. Os comportamentos neutros que este profissional pensa assumir, na verdade, denotam outros tipos de valores, como a objetividade; o equilíbrio entre aceções próprias e o compromisso profissional; respeito aos direitos humanos; bom senso e posicionamento crítico diante da sociedade.

Não se deve concluir que esta é uma tentativa de deslegitimar a neutralidade na biblioteconomia, uma vez que, teoricamente, as prerrogativas que levaram a sua consolidação como um princípio ético são nobres. Deve-se entender que, na esfera prática, o bibliotecário pode valer-se de outros comportamentos éticos, que não a neutralidade, para chegar ao seu objetivo fim: promover o acesso à informação e a liberdade intelectual a quem quer que seja.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Ana Paula; HENRIQUES, Maria José Rizzi; ALVES, Pedro. **Reflexões sobre pesquisa científica e ideologia em ciências sociais**. Disponível em: <http://cac.php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/servico_social/MSS32.pdf> . Acesso em: 15 Jul. 2012.

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Resolução n. 217 A (III), de 10 de dezembro de 1948. Paris. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 02 julho 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028**: resumos. Rio de Janeiro, 2003. 3 p.

BAPTISTA, D. M.; ARAÚJO JR., Rogerio Henrique de; CARLAN, Eliana. Atributos dos Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR). In: Jaime Robredo e Marisa Bräscher (Orgs.). **Passeios no Bosque da Informação**: Estudos sobre Representação e Organização da Informação e do Conhecimento. Brasília DF: IBICT, 2010. 335 p. ISBN: 978-85-7013-072-3. Capítulo 3, p. 61-80. Edição eletrônica. Disponível em: <http://www.ibict.br/publicacoes/eroic.pdf>. (Edição comemorativa dos 10 anos do Grupo de Pesquisa EROIC). Acesso em: 09 Jun. 2013.

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; QUINTANEIRO, Tania. Max Weber. In: QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de. **Um toque de clássicos**: Marx, Durkheim e Weber. 2. ed., rev. e atual. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. 157 p.

BLANKE, H. T. Librarianship and political values: neutrality or commitment. **Library Journal**, n. 114, p. 39-43, 1989.

BRANUM, Candise. **The Myth of Library Neutrality**. Disponível em: <<http://candisebranum.wordpress.com/papers/the-myth-of-library-neutrality/>>. Acesso em: 28 mai. 2013.

BRANUM, Candise. **The myth of library neutrality**. Disponível em: <<http://candisebranum.wordpress.com/papers/the-myth-of-library-neutrality/>>. Acesso em: 13 maio 2013.

BREWERTON, Antony. The creed of a librarian: a review article. **Journal of Librarianship and Information Science**, London, n. 35, p. 47-55, mar. 2003. Disponível em: <<http://lis.sagepub.com/content/35/1/47>>. Acesso em: 09 mai. 2013.

CIVALLERO, Edgardo. **Neutralidad bibliotecária**. 2012. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/16706/>>. Acesso em: 28 mai. 2013.

CUNHA, Isabel Maria Ferin. Análise documentária. In: GRUPO TEMMA; SMIT, Johanna. **Análise documentária: a análise da síntese**. 2. ed. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 1989. p. 39-62

CUNHA, Isabel Maria Ferin. **Do mito a análise documentária**. Sao paulo: EdUSP, 1990. 163p. (Teses; 11).

DICK, Archie. Library and information science as a social science: neutral and normative conceptions. **Library Quarterly**, Chicago, v. 65, n. 2, p. 216-235, 1995.

DURKHEIM, Émile. **Regras do método sociológico(as)**. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 165 p.

GASQUE, Kelley Cristine G. D. . Teoria Fundamentada: nova perspectiva à pesquisa exploratória. In: Suzana Pinheiro Machado Mueller. (Org.). **Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2007, v., p. 107-142. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9610/3/CAPITULO_TeoriaFundamentadaNova.pdf>. Acesso em: 01 Jul. 2013.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS - IFLA. **Código de ética da IFLA para bibliotecários e outros profissionais da informação**. 2012. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/assets/faife/codesofethics/portugueseofethicsfull.pdf>>. Acesso em: 15 Jul. 2013.

JACKSON, Brian. **Library Neutrality**. 2010. Disponível em: <<http://capping.slis.ualberta.ca/cap10/BrianJackson/index.html>>. Acesso em: 28 mai. 2013.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. 3. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. 212 p. Disponível em: <http://dutracarlito.com/dicionario_de_filosofia_japiassu.pdf>. Acesso em: 10 Jul. 2013.

JENSEN, Robert. The myth of the neutral professional. In: Texas Library Association Annual Conference, 2004. San Antonio: **Progressive Librarian**, Minnesota, n. 24, p. 28-34, winter 2004/2005.

KOBASHI, Nair Yumiko. Resumos documentários: uma proposta metodológica. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 21, n. 2, p. 201-210, jul./dez. 1997.

LARA, M. L. G.; CIOFFI, S. Retomando um velho tema: o mito da neutralidade na análise documental. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 3, n. 1/2, p. 92-95, 1989.

LEWIS, Alison. Introduction. In: LEWIS, Alison, ed. **Questioning Library Neutrality: essays from Progressive Librarian**. Duluth, Library Juice Press, 2008. p. 1-4. Disponível em <http://eprints.rclis.org/15071/1/Questioning_Library_Neutrality_Intro.pdf>. Acesso em: 13 Mai. 2012.

MATHIESEN, Kay; FALLIS, Don. Information Ethics and the Library Profession. In: Himma, Kenneth E.; Herman T. Tavani Editors. **Handbook of information and computer ethics**. New York: John Wiley and Sons, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social : teoria, método e criatividade**. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. Disponível em: <<http://www.moodle.ufba.br/mod/resource/view.php?id=48419>>. Acesso em: 15 Jul. 2013.

MCMENEMY, David. Librarians and ethical neutrality: revisiting The Creed of a Librarian. **Library Review**, London, v. 56, n. 3, p. 177-181, 2007. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/journals.htm?issn=0024-2535&volume=56&issue=3&>>. Acesso em: 28 maio 2013.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: <http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html>

MOSTAFA, Solange Puntel. **Epistemologia da biblioteconomia**. 1985. Tese (Doutorado) – . Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=8178>. Acesso em: 15 Jul. 2013.

MOZZATO, Anelise Rebelato; GRZYBOVSKI, Denize. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 15, n. 4, p. 731-747, Jul./Ago. 2011. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S1415-6552011000400010&lng=es&nrm=iso&tlng=pt >. Acesso em: 14 jul. 2013. Acesso em: 14 jul. 2013.

PAMPLONA FILHO, Rodolfo; BARBOSA, Charles. Reflexões filosóficas sobre a neutralidade e imparcialidade no ato de julgar. **Rev. TST, Brasília**, vol. 77, n. 3, jul./set. 2011. Disponível em: <
http://aplicacao.tst.jus.br/dspace/bitstream/handle/1939/27042/011_pamplona_filho_barbosa.pdf?sequence=1 >. Acesso em: 10 abril 2013.

Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1985. Disponível em : <
http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=8178 >. Acesso em: 15 Jul. 2013.

SANCHES, Gisele A. Ribeiro; RIO, Sinomar Ferreira do. Mediação da informação no fazer do bibliotecário e seu processo em bibliotecas universitárias no âmbito das ações culturais. In: **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 103-121, jul./dez. 2010. Disponível em: <
revistas.ffclrp.usp.br/incid/article/download/24/35>. Acesso em: 28 maio 2013.

SILVA, Vagner Rodolfo da. **Biblioteconomia e Política: luta de classes, acesso à informação e cidadania**, São Paulo, 2011. 10 p. Disponível em:
 <<http://rabci.org/rabci/sites/default/files/Biblioteconomia%20e%20Pol%C3%ADtica%20luta%20de%20classes,%20acesso%20%C3%A0%20informa%C3%A7%C3%A3o%20e%20cidadania.pdf>>. Acesso em: 15 Jul. 2013.

VON ZUBEN, Newton Aquiles. Fenomenologia e Existência: Uma Leitura de Merleau-Ponty. **Temas Fundamentais de Fenomenologia**. São Paulo, Ed. Moraes, 1984. Disponível em : <<http://www.fae.unicamp.br/vonzuben/fenom.html>>. Acesso em: 15 jul 2013.

WIKIPEDIA. **Wikipedia: neutral point of view**. Disponível em: <
http://en.wikipedia.org/wiki/Wikipedia:Neutral_point_of_view>. Acesso em: 07 jul. 2013.